

**Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril**

**Mestrado em Turismo**

**Gestão Estratégica de Destinos Turísticos**

**Dissertação**

# **Turismo Cultural: Itinerários Temáticos no Concelho de Peniche**

**Adriana Martins Alves**

**Outubro 2016**

**Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril**

**Adriana Martins Alves**

***Turismo Cultural: Itinerários Temáticos no Concelho de Peniche***

**Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do  
Estoril para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Estratégica de  
Destinos Turísticos**

**Orientador: Professor Doutor Luís Portugal**

**Outubro 2016**

*Dedico esta dissertação ao meu bisavô Joaquim Gomes  
Por acreditar em mim. Serás sempre um grande homem, a  
minha “Pérola da Ilha”.*

## **Agradecimentos**

Queria em primeiro lugar agradecer ao meu orientador Professor Doutor Luís Portugal por toda disponibilidade, dedicação e apoio durante todo este processo.

À minha família, mais em especial, à minha mãe pela paciência, pelo seu apoio incondicional e pelas palavras de incentivo nas alturas mais complicadas quando pensava que não iria conseguir.

Aos meus amigos que me “raptavam” para descontrair da difícil tarefa de escrever esta dissertação. Dentro do meu círculo de amigos tenho de destacar Inês Soares, que iniciou comigo este Mestrado e que mutuamente nos ajudamos. A Ana Costa, amiga de longa data, mas, também, companheira de casa que partilhou comigo informação para enriquecer esta dissertação. Por fim Carolina Varela, amiga de infância que corrigiu ortograficamente o texto.

A todos um grande obrigado.

## Índice Geral

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. Turismo Cultural .....</b>	<b>3</b>
1.1 Conceito .....	3
1.2 Perfil do Turista.....	8
<b>2. Turismo Cultural em Portugal.....</b>	<b>11</b>
<b>3. Itinerários Culturais .....</b>	<b>16</b>
3.1 Tipos de Itinerários .....	17
3.2 Como Fazer um Itinerário .....	19
<b>4. Peniche .....</b>	<b>20</b>
4.1 Caraterísticas Geográficas, Geológica e Geomorfológica .....	20
4.2 Introdução Histórica .....	23
4.3 Levantamento dos Recursos Turísticos .....	26
4.4 Caraterização Turística .....	35
4.5 Plano Regional de Promoção Turística .....	38
4.6 Itinerários Temáticos .....	41
<b>5. Reflexão Crítica.....</b>	<b>46</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>55</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>57</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>68</b>

## **Índice de Figuras**

<b>Figura 1-</b> Região de Peniche há 2 mil anos .....	21
<b>Figura 2 -</b> Região de Peniche atualmente .....	21
<b>Figura 3-</b> Pregão Dourado .....	22
<b>Figura 4-</b> Distribuição Territorial da Capacidade em Empreendimentos Turísticos na Região Centro .....	39
<b>Figura 5-</b> Estabelecimentos e Capacidade na Região Centro .....	40
<b>Figura 6-</b> Potencialidades do Concelho de Peniche Histórico Culturais .....	51
<b>Figura 7-</b> Cartaz da Mostra Internacional de Rendas de Bilros 2016 .....	53

## **Índice de Gráficos**

<b>Gráfico 1-</b> Caraterização Turística do Concelho de Peniche .....	35
--	----

## **Resumo**

O interesse no Turismo Cultural tem-se revelado uma tendência no quadro turístico internacional e Portugal não é exceção à regra. Pode, portanto, considerar-se que o turismo cultural representa o conjunto de movimentos de pessoas em busca de motivações, essencialmente culturais. No fundo, trata-se de viagens motivadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar conhecimentos, e descobrir hábitos de outras culturas e povos.

O Turismo Cultural entra, então, na categoria da crescente tendência da plurimotivação da viagem turística, o que obriga a repensar alguns modelos tradicionais de segmentação, abrindo novas possibilidades, nomeadamente ao desenvolvimento de itinerários turísticos temáticos. Atualmente, encontramos no mercado uma abundante oferta deste tipo de itinerários, pois construí-los pode resultar de opções infindáveis. Nota-se a multiplicidade de materiais móveis, imóveis e ainda a dimensão intangível, para a qual a UNESCO tem vindo a chamar a atenção e a salvaguardar nos últimos anos, a partir da qual a implementação de itinerários temáticos tem vindo a abrir caminhos à valorização cultural.

É inegável que o concelho de Peniche detém um vasto e rico património cultural, resultante, no fundo, do reflexo de uma matriz histórica única que lhe atribui um carácter diferenciador. Este território tem um potencial invejável, quando comparado com realidades similares e geograficamente próximas, para o desenvolvimento de um turismo cultural - especialmente no campo dos itinerários turísticos temáticos.

Palavras-chave: Turismo Cultural, Itinerários Temáticos, Peniche, Valorização Cultural



## **Abstract**

The interest showed for cultural tourism in international terms has been a great tendency, and Portugal is no exception. We can consider that cultural tourism represents the people that travel with the soul propose of visiting cultural places. In the end, the travelers are motivated by the desire of seeing new things, increasing their knowledge, and discover habits of other cultures and peoples.

From this point of view, cultural tourism fits into the category from which it takes new models of segmentation, and the opening of new possibilities, such as the development of thematic itineraries. Nowadays, we can find in the market a substantial supply of this kind of itineraries, because by doing so the results became endless. From any resources, including the intangible heritage, that UNESCO has been drawing so much attention in the last few years, the implementation of thematic itineraries opens paths for cultural appreciation,

It is undeniable that Peniche has a vast and rich cultural heritage, which is, after all, a reflection of a unique historical past, hence its distinctive character. This territory has a tremendous potential when compared to similar towns geographically closer, for the development of cultural tourism- especially the thematic itineraries.

**Keywords:** Cultural Tourism, Thematic Itineraries, Peniche, Cultural Value

## **Glossário**

**AIEST** – *International Association of Scientific Experts in Tourism*

**CCDRC** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

**CINAV** – Centro de Investigação Naval

**CMO** – Câmara Municipal de Óbidos

**CMP** – Câmara Municipal de Peniche

**CNRTER** – *Centre National de Ressources du Tourisme en Espace Rural*

**CRER** – Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente

**DGPC** – Direção Geral do Património Cultural

**DGT** – Direção Geral de Turismo

**DPIS** – Divisão de Planeamento e Intervenção Social

**GEPE** – Gabinete de Estudos e Prospeção Económica

**GSSP** – *Global Boundary Statotype Section and Point*

**ICNF** – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

**ICOMOS** – Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

**IFT** – Instituto de Financiamento

**INE** – Instituto Nacional de Estatísticas

**ISCMP** – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Peniche

**MMP** – Museu Municipal de Peniche

**MNAA** – Museu Nacional de Arte Antiga

**MODATEX** – Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário,

Confeção e Lanifícios

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OCI** – Oeste Comunidade Intermunicipal

**OMT** – Organização Mundial de Turismo

**PENT** – Plano Estratégico Nacional do Turismo

**SNIRH** – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

**TER** – Turismo no Espaço Rural

**UNESCO** – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

**UNIARQ** – Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa

**WTO** – *World Tourism Organization*

## Introdução

*“A quem, embrenhado pelos caminhos do oeste estremenho, vem das Caldas da Rainha e Óbidos e chega ao alto da Serra de El-Rei, ou vem de Lisboa e Torres Vedras, ultrapassa a Lourinhã e chega ao Alto Veríssimo, é-lhe dado ver, com a Berlenga e os Farilhões ao fundo, a surpreendente mancha dos pinheirais e areais da região de Peniche mergulhados, como visão fantástica, num imenso mar azul-turquesa a distender-se até ao infinito...”* (Calado, 2003, p. 7).

Resgatem-se as palavras do poeta Mariano Calado, também incontornável amante de Peniche, para justificar a escolha do meu tema da presente dissertação. O tema escolhido – “Turismo Cultural: Itinerários Temáticos no Concelho de Peniche” – resulta, primeiramente, do interesse inerente à minha condição de natural do concelho, fator inflacionado pelo potencial que sempre encontrei no concelho, que considero ter muito mais para oferecer ao visitante/turista do que apenas Turismo Sol e Praia.

Atualmente, o concelho de Peniche debate-se com um grave problema, originada pela sazonalidade, típica das zonas costeiras, que advém da quase exclusiva aposta no Turismo Sol e Praia e, mais recentemente, no Turismo de Surf. Peniche possui uma diversificada base de recursos culturais, cuja qualidade e quantidade poderá funcionar como fator determinante. Ao longo da dissertação, pretende-se a realizar um levantamento dos recursos culturais existentes no concelho, que não são conhecidos na sua totalidade, de modo a realizar uma alternativa motivadora de visita a Peniche. Neste contexto, toda a pesquisa e metodologia serão orientadas para responder à questão de partida: poderão os recursos culturais dinamizar a oferta do concelho de Peniche e gerar mais visitas através de itinerários temáticos?

O turismo emerge com uma importante focalização de enriquecimento cultural e, apesar de sua evolução não ter sido homogenia, a maior parte das organizações nacionais do turismo estão a utilizar o património cultural para atrair turistas.

O concelho de Peniche possui uma longa e rica bagagem histórica, que, aliada ao facto de ter sido sucessivamente ocupado por diversas populações, reúne as condições necessárias para a existência de um vasto património cultural, que possibilitará a construção de itinerários temáticos. Mais do que nunca, existe a

deslocação de pessoas com o intuito de alargar os seus horizontes, através da descoberta e do contacto com os bens culturais. Prova disto tem sido a crescente tendência de interesse no turismo cultural por parte do quadro turístico internacional à qual Portugal não é exceção à regra.

A popularidade que está associada ao turismo cultural está na sua plenitude ligado a fatores desenvolvidos tanto no âmbito da procura como na oferta. Efetivamente, assiste-se ao aumento do interesse cultural no âmbito da procura, acompanhado pelo crescimento das atrações culturais como modelo de turismo na ótica da oferta.

Com a presente dissertação, procura-se afirmar os recursos culturais como estando na génese da escolha da visita à cidade de Peniche. Partindo desta premissa que traça o objetivo geral da investigação elencam-se os seguintes objetivos específicos: identificar se os elementos culturais constituem uma vantagem competitiva para o concelho de Peniche; analisar as motivações dos visitantes do concelho de Peniche; criar itinerários temáticos no concelho de Peniche e implementar esses mesmo itinerários temáticos no concelho. Com a concretização destes objetivos, pretende-se que o património cultural em Peniche seja conhecido, rentabilizando-o com vista a um adequado aproveitamento turístico.

Encerra-se esta pequena nota introdutória frisando que o objetivo fundamental a atingir é promover a dinamização turística de Peniche, de maneira a atrair visitantes e a gerar benefícios positivos para a região.

## 1. Turismo Cultural

### 1.1 Conceito

As origens do turismo são muito remotas. As mais ancestrais formas de turismo remontam à antiguidade egípcia, aos Gregos e Romanos com o propósito fundamental de desenvolver trocas comerciais, mas também por motivos religiosos. Surge associado às viagens culturais – a *Grand Tour*<sup>1</sup> – onde a viagem pela Europa incluía visitas a locais históricos e culturais com fins educacionais.

Com a revolução industrial, no século XVII, o turismo viveu a primeira grande expansão, gerada pelas inovações tecnológicas introduzidas e pelo aumento do acesso pelas classes privilegiadas ao turismo. Só com o fim da II Guerra Mundial, o turismo se estende a toda a população devido, maioritariamente, à redução do horário de trabalho, à introdução do direito às férias e ao aumento do rendimento disponível (Gonçalves, 2003). O turismo é um fenómeno muito complexo e multidisciplinar. O seu próprio conceito tem sido objeto de diversas definições e abordagens, na medida em que envolve diferentes áreas, podendo afirmar-se que emerge como uma experiência de enriquecimento cultural (Robinson, 1999).

Segundo os documentos resultantes do Seminário da UNESCO de 1996 sobre Cultura, Turismo, Desenvolvimento de Questões Cruciais para o século XXI, em Paris utilizada por Jafari, foi declarado que o “turismo não existiria sem cultura” (2000, pp.49). Efetivamente, a promoção turística “vive” das narrativas culturais de cada destino, que irão dar ao visitante a oportunidade de experienciar traços culturalmente genuínos que não são encontrados em mais nenhum lugar (Cadavez, 2013).

*“A cultura não é apenas entretém de escolares. Uma obstinação de eruditos. Um recreio de ociosidade letradas. Uma insígnia pendente na lapela das elites. Um dedal de conversa entre colóquios em sociedade. Uma pitada de sal na insipidez dos discursos. Um evento que se frequenta na voz passiva, para lá, entretanto, sermos vistos. Uma pastilha ao deitar, que nos apressa o sono. Um trabalho, que de certeza ao Menino Jesus não interessa. Uma maçada, em que amassam os outros meninos. Um artigo requintado para transações várias. Uma travessa requentada para chamariz de*

---

<sup>1</sup> A *Grand Tour* consistia numa forma de turismo praticada pela aristocracia, em particular a inglesa, que teve início no século XVII (Gonçalves, 2003 p. 30).

*turistas distraídos. Um não se sabe o quê, do que se fala de quando em vez: aos sabores dos “deus-dará” que se imagina que “esteja a dar”, (Barata-Moura, 2016).*

Pegando nas palavras, um pouco satíricas, do Professor José Barata-Moura ambiciona-se demonstrar que a cultura tem sido um tecido de interlocuções com o mundo e com os outros. A cultura tem assumido o papel de principal impulsionadora da atividade turística, uma vez que grande parte das viagens se realizam para visitar monumentos, vilas ou aldeias históricas, ou seja, tudo aquilo que representa épocas do passado.

A importância da cultura e dos monumentos é tamanha, podendo muitas vezes podem dar origem à criação de destinos turísticos (Pereira, 2005). A definição de cultura é quase tão vasta como quanto a de turismo, existem muitas definições consagradas de cultura, incluindo alguns países incluem na sua definição várias vertentes como a gastronomia, o desporto, a educação entre outros.

A Organização Mundial de Turismo (OMT), referenciada por Henriques, em 2003, define a cultura como “toda a viagem que pela sua natureza satisfaz a necessidade de diversidade, de ampliação de conhecimento, que todo o ser humano traz em si”. Numa perspetiva mais restrita, a Organização Mundial de Turismo, novamente citada por Henriques aponta-a apenas como sendo a “viagem por motivos unicamente culturais ou educativos” (Henriques, 2003 p.49).

Neste contexto, são três as formas de cultura que atraem os visitantes: inanimada, refletida e especialmente animada. As formas de cultura inanimada, que não envolvem diretamente a atividade humana e podem assumir, entre outras, a forma de visitas a monumentos e edifícios históricos, compra de artesanato, entre outras. Apresentam-se também as formas de cultura refletidas na vida do dia-a-dia, que constituem a motivação habitual do turista, que pretende observar as atividades habituais de lazer, sociais e económicas dos habitantes.

Por fim, existem as formas de cultura especialmente animadas e que podem envolver acontecimentos especiais, descrições históricas ou acontecimentos famosos, como festivais de música, reconstituição de batalhas, entre outros (Henriques, 2003).

Ao contrário de outros produtos turísticos, os recursos culturais detêm uma qualidade genuína inerente à sua sustentabilidade, podendo sobreviver a mudanças de sistemas políticos e económicos. Na verdade, o que é cultural é atração turística vitalícia que está em constante reinterpretação, consoante as sensibilidades da época (Keller, 2000).

Assim, poder-se-á materializar a relação entre o turismo e a cultura através da relação do turismo com a arte, as características distintivas de cada localização geográfica e o património monumental. Poder-se-ão sugerir como exemplos do recurso à arte, os museus, as galerias de arte, os espetáculos de música, teatro, ópera, dança, entre outros. Por sua vez, a relação entre o turismo e as características inerentes a uma localização específica potencia uma atração turística onde o lugar é entendido no seu todo, estreitamente associado ao designado “sentido de lugar” (atmosfera, gastronomia, folclore, exotismo, entre outros). Na última relação, estabelecida entre turismo e o património monumental (Henriques, 2003), a identidade cultural é fruto de um trabalho intracomunitário e intercomunitário de convivência, descoberta e enriquecimento humano, através da diversificação e exploração das suas potencialidades.

Para um povo, a identidade cultural requer atenções continuadas (Barata-Moura, 2016). O património monumental é visto como parte da tradição cultural da sociedade, onde o cultivo de cultura não existe sem a materialização em “monumento”. Nesta ótica, podem apontar-se os exemplos dos edifícios preservados como igrejas, casas típicas, castelos e vestígios arqueológicos. Esta perspetiva frisa ainda a associação de lugares com acontecimentos históricos e personalidades (Henriques, 2003).

O património cultural é encarado atualmente, como um conceito aberto, dinâmico e flexível que ampliou e diversificou as áreas culturais que constituem o objeto do seu estudo.

Segundo Pascal, referido por Richards, em 1996 património é *“um conjunto de elementos materiais que concorrem para salvaguardar a autonomia e identidade do seu titular e a sua adaptação ao longo do tempo (...)”*, (Richards, 1996b, p.52).

Para facilitar uma leitura e análise do conceito de património cultural mais adequadas, emprega-se uma lógica dividida em dois pontos: património construído/edificado e património etnográfico. O património construído refere-se a todos os testemunhos que documentam a criação, por parte do homem, do seu *habitat*, edificado como vestígio arqueológico, arquitetónico e urbanista de carácter funcional e simbólico. Por sua vez, o património etnográfico pretende identificar os hábitos e costumes de uma região que correspondem a uma procura, por parte das comunidades, de formas espontâneas e criativas de exprimir, comunicar e dar respostas a uma determinada realidade social e económica, construindo ao longo dos tempos elementos referenciadores duma identidade cultural (Ramalho, 2001).



Pode ainda distinguir –se o património como sendo tangível ou intangível. O património tangível inclui todos os ativos que têm materialização física nos valores culturais, como sendo cidades históricas, edifícios, lugares arqueológicos, paisagens e objetos culturais, ou aspetos da propriedade móvel. Por sua vez, o património intangível inclui todas as formas de cultura popular e folclore, isto é, ativos coletivos originários numa dada comunidade e baseada na tradução (Richards, 1996b).

A saturação de determinados centros turísticos conduziu à procura de novos destinos com outras características que passaram a concorrer com os destinos tradicionais. Numa época em que deve existir uma variedade de oferta turística, o recurso ao património histórico constitui uma alternativa à oferta de novas atividades turísticas permitindo também o desenvolvimento das mesmas. O património apenas pode ser considerado como cultural quando se encontra acessível ao público e pode ser conhecido e usufruído. A história ocupa, assim, um lugar cada vez mais importante no turismo por captar pessoas e despertar o interesse, mesmo que indiretamente. O património pode também contribuir para a revitalização económica de cidades e vilas, não só pelo número de pessoas que se ocupam do seu estado e conservação, mas também pelas vantagens diretas e indiretas produzidas pelo turismo cultural (Carrasco, 2005).

O Turismo Cultural é considerado um dos fenómenos, mas significantes e diversos da Idade Moderna. Este tipo de turismo tem vindo a provar uma continua inovação, através da criação de novos produtos, em resposta à procura de novas experiências por parte dos turistas (UNWTO, 2012).

As relações entre a atividade turística e a cultura ganham maior expressividade no espaço urbano. Devido à sua dinâmica, concentração de elementos artísticos, de património e de vivências, o turismo cultural encontra nele um espaço privilegiado. O maior número de elementos culturais nas cidades, especialmente nas de maior dimensão, faz com que se transformem no alvo do turismo cultural (Carrasco, 2005).

A evolução do Turismo Cultural não tem sido uma atividade homogénea em todo o mundo. No entanto, a maior parte das organizações nacionais do Turismo estão a utilizar o património cultural para atrair turistas para os seus países (Gonçalves, 2003).

Segundo Cunha (2001) podemos compreender Turismo Cultural como “as viagens provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, conhecer as particularidades e os hábitos doutros povos, conhecer civilizações e culturas diferentes, do

passado e do presente, ou ainda a satisfação de necessidades espirituais” (Cunha, 2001, pp.49).

Richards (1996a) reforça a ideia de Cunha (2001), mas acrescentando a saída do local de residência habitual quando afirma que se trata do “*movimento de pessoas para atrações culturais fora do seu local normal de residência, com a intenção de compilar novas informações e experiências para satisfazer as suas necessidades culturais*” (Richards, 1996a, p. 263).

Por sua vez Ferrari (2013) inclui na sua definição uma componente criativa, afirmando que o “*turismo cultural tem como sentido uma viagem que envolva uma experiência pessoal e enriquecedora graças ao contacto direto com outra cultura, estilos de vida ou população, por ser altamente criativo e adaptável*” (Ferrari, 2013, pp.387). Estas definições têm, no entanto, as suas insuficiências, não por serem pobres, mas devido à dificuldade derivada da proliferação de inúmeras definições de cultura e turismo e a sua articulação.

A emergência do produto Turismo Cultural encerra diversos agentes estruturantes: a capacidade de captar turistas que todos os destinos gostariam de atrair (endinheirados e com uma margem alargada para despesas); a lógica de diferenciação do produto turístico como fator reconhecido na construção de imagem do destino; a estratégia de regeneração urbana, que pode fornecer bases para reanimar os centros das cidades e rejuvenescer infraestruturas culturais já existentes ou originar novos centros culturais; e a preservação e fortalecimento das manifestações culturais locais (Gonçalves, 2003).

A verdade é que a popularidade do Turismo Cultural não só se deve a fatores relacionados com a oferta, mas também com a procura. O facto de haver um aumento de interesse pela cultura, da facilitação de mobilidade e um aumento do capital cultural disponível junta os ingredientes certos para sucesso deste tipo de turismo (Richards *et al.*, 2005).

Mais do que nunca, os turistas têm demonstrado um interesse elevado em explorar os destinos culturalmente. Por exemplo, na Austrália cerca de 41 % dos visitantes chega com o intuito de visitar culturalmente a cidade e cerca de 48% da amostra mostra evidencia de interesse de nos próximos três anos de fazer essa viagem e visitar sítios de importância cultural. Cada vez mais se torna pouco comum a realização de qualquer viagem realizada sem qualquer intuito cultural e pouco comum (Wihelm, 2000).

O acesso mais alargado ao património cultural pode, no entanto, colocá-lo em risco, caso se a sua utilização se torne excessiva, comprometendo desta forma a sua continuidade e a possibilidade de usufruto das gerações vindouras. Este é desafio que se coloca ao

património cultural: incentivar o seu acesso evitando os excessos que possam comprometer a sua continuidade e preservação (Carrasco, 2005).

Um dos maiores desafios, como já se estabeleceu, para o Turismo Cultural no futuro será assegurar a sua sustentabilidade. É evidente para muitos que a cultura e o turismo necessitam cada vez mais, um do outro. A cultura é um elemento essencial de atração e de distinção de lugares, enquanto que a cultura cada vez mais necessita de ser apoiada por patrocinadores. Entretanto, frequente a falta de entendimento entre as pessoas do sector do turismo e da cultura dificulta uma gestão sustentável dos recursos culturais e dos produtos turísticos. O resultado de falta de cooperação entre os dois sectores pode reduzir seriamente o potencial dos benefícios do Turismo Cultural e, às vezes, impedir o argumento básico para o desenvolvimento do Turismo Cultural como um todo (WTO, 2004).

Deverá, neste sentido, frisar-se que o Turismo Cultural devidamente planeado e integrado, pode favorecer a manutenção dos saberes tradicionais, quer aplicados à conservação e restauros do património, quer à renovação do artesanato e ofícios tradicionais que ganham novas oportunidades de negócio.

De igual importância, importa salientar também que a oferta cultural criada para atingir os turistas, reflete um impacto favorável nas populações locais. Como qualquer atividade económica, a oferta turística visa o lucro, a rentabilidade, a produção de riqueza e a criação de postos de trabalho. Para além do carácter económico desta atividade, o Turismo Cultural permite sem dúvida a revitalização dos centros históricos, através da sua dinamização e através da sua reutilização do seu património, o que contribui para que estes centros muitas vezes “mortos” ganhem vida novamente e voltem a ser centros de atividade e de dinamismo (Ramalho, 2001).

## **1.2 Perfil do Turista**

Entre 1814 e 1914 sagrou-se a “Idade Dourada” do Turismo Cultural, aquando do estabelecimento de pontes entre o património cultural e os *Grand Tourists*. Este período habilitou a oportunidade para o turista independente, especialmente ajudando ao crescimento o número de mulheres da classe média-alta que se tornaram financeiramente capazes de viajar (Bruce, 2013).

O Turismo Cultural começa a ser reconhecido como uma categoria e produto turístico distinto nos finais dos anos 1970, com o reconhecimento de que algumas pessoas viajam especificamente com o objetivo de conhecer a cultura e património de dado destino. É, no entanto, nos anos de 1990 que o turismo cultural começa a ser reconhecido por aquilo que consagra: uma atividade de mercado, de elevado perfil (Henriques, 2003).

A procura por Turismo Cultural é difícil de definir, uma vez que a noção de cultura comporta significados múltiplos. Num contexto de multiplicidade de noção de cultura e dos significados associados à cultura, tentar sintetizá-la numa única definição, vasta e aceitável, conduz a um tal nível de generalização que a torna inútil (Henriques, 2003).

Para Ashworth (1995), o aumento da procura cultural deve ser inserido num contexto mais vasto que obriga à análise de dois aspetos: o crescimento dos fluxos turísticos e a ocorrência de profundas mudanças no comportamento do consumidor.

Efetivamente, importa focar o crescimento dos fluxos turísticos, coincidente com o aumento do número de viagens, parte delas direcionadas para cidades e por sua vez parte delas com motivações de ordem cultural. A motivação cultural dá o protagonismo à cidade em detrimento do campo, onde a sua expressividade é ainda muita reduzida. Por sua vez, com a ocorrência de mudanças profundas, mas fundamentais, no comportamento do consumidor (por exemplo o nível de rendimentos e da educação, que conduziu a uma maior democratização da cultura) têm-se vindo a transformar os padrões de consumo de massa em padrões de consumo onde emerge a preocupação com a qualidade, diferenciação, identidades, entre outros atributos.

O Turista Cultural é aquele que para quem a cultura detém um papel essencial na seleção do destino e nas atividades que desenvolve durante a estada. Qualquer turista participa numa grande variedade de atividades quando viaja, daí que seja necessário determinar quais são as atividades que estão relacionadas com a motivação primeira e quais as atividades complementares, isto é, no caso do turista cultural deverá clarificar-se se a cultura é central ou complementar na deslocação (Henriques, 2003).

Seguindo esta linha de raciocínio, é possível elencar cinco tipos de turistas culturais:

1. Determinado/Motivado: indivíduo normalmente associado ao Turismo Cultural, que viaja por motivos culturais e que procura uma experiência cultural profunda (Henriques, 2003);

2. Parcialmente motivado: pessoas que viajam para uma cidade, quer devido a oportunidades culturais, quer para visitar amigos e familiares (Gonçalves, 2003);
3. Motivacional Adicional: a cultura é uma motivação adicional a um interesse principal, ou seja, o motivo principal para visitar a cidade pode ser não cultural, mas estes visitantes planeiam incluir oportunidades culturais (Gonçalves, 2003);
4. Casual: identifica o Turismo Cultural como um motivo fraco para visitar um destino e procura uma experiência cultural superficial (Henriques, 2003);
5. Acidental: indivíduo para quem o turismo cultural não é um motivo preestabelecido na escolha de um destino, mas que visita atrações patrimoniais (Henriques, 2003).

Como grupo são clientes muito apreciados, pelo respeito que revelam pela cultura e pela comunidade recetora. Contudo, são difíceis de contentar, devido à qualidade que exigem, durante toda a sua experiência turística. Preponderantemente turistas isolados, ou em pequenos grupos (2-3 pessoas), utilizam meios próprios de transporte, têm autonomia sobre os itinerários e os calendários da sua visita, têm, em média, idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos, e tendem a repartir-se de forma equilibrada tendo em conta o sexo (Gonçalves, 2003).

Contrastando com a visão tradicional de Turismo Cultural, os jovens são um importante segmento do total da audiência. O mercado jovem é importante para o Turismo Cultural, porque uma experiência cultural no período da sua juventude pode influenciar o seu comportamento futuro no âmbito do Turismo (WTO, 2004). Pessoas com formação superior tendem a consumir mais cultura. Os visitantes, em geral, e os turistas culturais, em particular, têm uma alta formação educacional. Altos níveis de formação educacional tendem a proporcionar melhores empregos e melhor remuneração. A atração de turistas culturais para destinos culturais reside no seu alto poder de compra. A imagem de turistas culturais como relativamente ricos é parcialmente confirmada. A média de gasto diário por pessoa no destino para grupos de turistas culturais em 2004 era de quase 60 euros (WTO, 2004).

Michael (1991) determina que os visitantes consumidores de património encontram na descoberta um momento de cultura. A razão subjacente a essa visita é

fundamentalmente aprender (50%). No âmbito de uma abordagem mais profunda destaca-se os que gostam de história (41%), os que gostam de arte e arqueologia (31%).

A principal motivação do Turismo Cultural é a sede de informação, de novos conhecimentos, a necessidade de interação com outras pessoas, comunidades e lugares, de conhecer outros costumes e tradições. Esta atividade turística tem como base o elo entre o passado e o presente (Pereira, 2005).

Tal como qualquer outro tipo de turista, o comportamento o Turista Cultural visa retirar o máximo de satisfação do consumo da viagem a determinado local. Tendencialmente, o Turista Cultural é essencialmente praticado por grupos socioeconómicos elevados, como se tratasse de um serviço de classe consumido por indivíduos de cultura elevada (Baudrihaye, 1997).

Os Turistas Culturais, são também na sua essência, consumidores criativos: procuram sempre uma abordagem mais envolvente e interativa para a sua experiência turística, possa contribuir para o seu crescimento pessoal (Horváth, 2013). Neste sentido, que a interpretação cultural se torna fulcral. Os clientes retêm cerca de 10% do que ouvem, 30% do que leem, 50% do que veem e 90% do que fazem. Infelizmente, na maioria das vezes os visitantes tendam somente a ouvir, ler e ver. Apenas em poucos lugares se pode realmente fazer alguma atividade (Puczkó, 2013).

Segundo a *World Tourism Organization* (2004) aponta a principal fonte de informação de turistas culturais é a recomendação pessoal, feita por amigos ou por familiares (45%). Os guias são a principal fonte de informação publicada (24%), mas a internet está a tornar-se um fator principal. Para rematar este tópico, determina-se que, salvo poucas exceções, o mercado interno é vital importância para a maioria das atrações culturais (WTO, 2004).

## **2. Turismo Cultural em Portugal**

A rica herança cultural de Portugal, representa um elemento unificador forte tanto para os Portugueses e uma poderosa atração para estrangeiros (Smith, 1989). Os primeiros esforços do país enquanto destino turístico internacional foi a criação, em 1933, do Secretariado de Propaganda Nacional e da Repartição de Turismo. Reconhece-se pela primeira vez, a necessidade de preservar o património cultural, como símbolo privilegiado da cultura portuguesa e da sua particularidade (Gonçalves, 2003).

Segundo Licínio Cunha (2001) apontam-se quatro etapas para o desenvolvimento do Turismo Português: a primeira etapa decorreu entre 1900 e 1950 (infância); a segunda etapa consagrou-se entre 1950 e 1963 (adolescência); entre 1964 e 1973 instaurou-se a terceira etapa (maioridade); e quarta etapa surgiu a partir de 1974 (maturidade): Para além das quatro etapas, o autor refere ainda ao período de 1990-1995 como o início do esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na excessiva exploração do “Sol e Praia”. Daí que se identifique a necessidade de uma estratégia que conduza à sua revitalização mediante a requalificação da oferta existente e do desenvolvimento de novos produtos turísticos, orientados de acordo com as novas tendências da procura e os novos dados relativos à exploração dos recursos culturais.

Na primeira fase, na infância, com origem no início do século XX, o crescimento da popularidade do turismo termal e sol e praia conduziu vários países à categoria de destinos de eleição. Nesta fase, Portugal encontrava-se num período muito inicial, mas os esforços da Sociedade de Propaganda de Portugal<sup>2</sup> encorajaram o turismo de estrangeiros para o Estoril, Lisboa e ilha da Madeira. Assim, Portugal começou gradualmente a promover-se como destino para estrangeiros, através da criação da Comissão Portuguesa de Promoção Turística, em que o seu único objetivo era aumentar o perfil e a notoriedade do país. Em resultado, depois do sucesso da criação das Pausadas de Portugal, em 1940, surgiu a necessidade de criação de planos de desenvolvimento para melhor desenvolver e gerir o investimento estrangeiro (Garcia, 2014).

O primeiro Plano de Desenvolvimento (1963-67) via o turismo apenas como fonte de rendimento, a atração do máximo de visitantes possível era o objetivo principal, sem levar em consideração os custos sociais e ambientais. Em 1963, regulamentações foram introduzidas para liberalizar investimento estrangeiro, na medida de encorajar a chegada de operadores e cadeias de hotéis internacionais, assim como investidores privados de imóveis. O segundo Plano de Desenvolvimento (1968-71) foi na sua base uma consolidação do anterior, destacando-se o terceiro plano (1971-75) que foi mais ao encontro de uma política regional e localizada (Garcia, 2014)

---

<sup>2</sup> Instituição privada criada em 1906 também chamada de *Touring Club* de Portugal ligados à emergência do turismo contemporâneo em Portugal (Garcia, 2014).

Portugal teve realmente um aumento de visitantes para o produto sol e praia, que continuou até aos anos de 1990. Apesar da transação política em Portugal ter sido instável a todos os níveis, e esse fato ter afetado o setor do turismo assistiu-se uma recuperação espantosa a partir de 1975 para diante. Em especial, em 1986, com o Plano Nacional de Turismo há uma introdução de uma mudança de política em relação ao turismo. Os objetivos incluíam a redução das assimetrias nacionais, aposta na formação e treino, a proteção natural e cultural do país e o desenvolvimento do turismo cultural. No início da década de 1990, a procura e a oferta turística cresceram significativamente, dando à luz algumas fraquezas no setor, nomeadamente, a estagnação de receita do turista e visitante. Na ótica de aliviar essa situação, o Livro Branco do Turismo foi publicado em 1991. Este livro promoveu uma análise sobre o setor e identificou um conjunto de problemas:

- a) Excesso de confiança em poucos mercados (Inglaterra, Espanha e Alemanha);
- b) Pouco planeamento ambiental (Algarve e Lisboa);
- c) Exaustão do produto “Sol e Praia”;
- d) Pouca oferta diversificada em termos de produtos;
- e) Concentração massiva do turismo no Algarve, Lisboa e Ilha da Madeira (Garcia,2014);

Com a introdução do Plano Estratégico Nacional de Turismo (2007), introduziu-se um conjunto de ideias e esquemas desenhados para fazer do Turismo Português mais competitivo a medio-prazo, para compensar a quota de mercado perdida entre 2000 e 2005 devido à crise económica. O plano ofereceu também um conjunto de iniciativas fiscais e subsídios para encorajar a criação de novos produtos turísticos e novas áreas de incidências, como por exemplo a Zona Oeste e o Alentejo.

Com a maturidade do turismo, houve uma necessidade emergente de explorar novos segmentos para novos nichos de mercado, criando oportunidades culturais para a indústria. A tendência dos operadores nacionais e a seleção de um pequeno fragmento do património cultural existente. A concentração anda à volta de Lisboa e Porto, as duas grandes cidades metropolitanas. No entanto algumas municipalidades são incluídas, devido à sua proximidade dos grandes centros, como é o caso de Coimbra, Sintra, assim como Batalha e Alcobaça. Apontar-se-ão outros exemplos, como é o caso de Fátima, que se especializa apenas no turismo religioso. Em conclusão, a abertura turística de áreas não muito exploradas a visitas internacionais, pode contribuir para a recuperação económica e social das mesmas (Guedes, Jiménez, 2015).



O património cultural pode ser entendido em termos bastantes amplos, por forma a incluir também o património natural. É este o conceito adotado pela UNESCO na Convenção para a Proteção o Património Mundial, Cultural e Natural, de 16 de Novembro de 1972. Corresponde a uma tendência dos nossos dias presentes, por exemplo, nas convenções internacionais relativas à paisagem, evitar clivagens entre o estritamente artístico e o simplesmente natural. Em Portugal, adota-se uma conceção mais ampla do património cultural que compreende os bens naturais (Felman *et al.*, 2013).

A lei nº 107/2001, de 08 de Setembro<sup>3</sup>, que define as bases das políticas e do regime de proteção e valorização do património cultural, estabelece um conceito amplo e compreensivo, que abrange tanto os bens materiais do interesse cultural relevante, moveis ou imóveis, como os bens imateriais, como é o caso da língua portuguesa. O património cultural hoje, na composição do Governo, confiado ao Secretário de Estado da Cultura, sob a cuja direção é operada pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC). Por seu turno, o património natural mantém-se na esfera de atribuições ambientais, atualmente o Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território no qual se integra o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) cumpre-lhe, em especial, a gestão das áreas protegidas.

Para a concretização dos direitos culturais incumbe ao Estado:

- a) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no nosso país;
- b) Apoiar os incentivos que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade;
- c) Promover e salvaguardar a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;
- d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção cultural com as demais políticas setoriais.

---

<sup>3</sup> [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=844&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis)

Segundo o artigo 78º, nº2, alínea c) da Lei nº 08 de Setembro de 2001 ainda consagra um dever genérico de preservação, defesa e valorização do património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais, defendendo-o, conservando-o e impedindo a sua destruição, deterioração ou perda. Estão igualmente previstos deveres especiais dos proprietários e possuidores/detentores de bens classificados, ou inventariados, no sentido de conservar, cuidar e proteger devidamente os seus bens.

Na definição legal de património cultural, segundo a Lei nº107/2001 de 08 de Setembro, artigo 14º, considera-se bens culturais os bens móveis e imóveis que, representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura. Na sua graduação de interesse cultural (artigo15º) podem se dividir nas seguintes categorias:

Interesse nacional – um bem considera-se de interesse nacional quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a nação. Os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respetiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional.

Interesse público – um bem considera-se de interesse público quando a respetiva proteção e valorização representa ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente nacional se mostre desproporcionado.

Interesse municipal – considera-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município (Claro, 2016b).

Relativamente a formas de proteção para além da classificação, que foi discriminada anteriormente, podem acrescentar-se a inventariação (artigo 19.º). Entende-se por inventariação o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos todos os bens culturais existentes. Por outras palavras segundo o Decreto de Lei nº148/2015, de 4 de Agosto, artigo nº2, alínea h) o procedimento de inventariação, é o procedimento administrativo que culmina no ato final de inventariação através do qual se reconhece que certo bem móvel, ou conjunto de bens moveis, possui interesse cultural relevante, mas em relação ao qual o regime inerente à classificação se mostra desproporcionado dando lugar ao registo patrimonial de inventário. No entanto devido à heterogeneidade do conceito de património e bens culturais justifica que nem todos os bens estejam submetidos a um

regime de propriedade pública, ou seja, pode também pertencer a particulares. A classificação também abrange bens de entidades privadas, e o essencial é assegurar sempre a fruição pública (Claro, 2016a).

### **3. Itinerários Culturais**

A Europa é detentora de um riquíssimo Património Cultural, sendo que este representa um dos mais antigos recursos geradores de turismo. O Turismo Cultural segundo dados da União Europeia, é atualmente, por toda a Europa um agente importante da economia (Aguair *et al.*, 2012).

Os itinerários podem ser encontrados tanto em contexto urbano como rural e podem providenciar uma temática à mesma, podendo ser realizada a pé, de bicicleta, de cavalo, de carro e em alguns casos debaixo de água. Em termos das dimensões podem ser mega (escala internacional), grandes (escala nacional ou regional) ou pequenos (escala local). No destino de turístico contemporâneo, os itinerários são desenvolvidos para interpretar uma variedade de histórias que vão desde da história local, indústria, gastronomia, até de pessoas famosas e acontecimentos históricos. Os itinerários provaram ser altamente flexíveis, principalmente os temáticos. Nos últimos anos, os itinerários foram também desenvolvidos para fins de conservação, o roteamento de visitantes para longe de locais sensíveis, fornecendo informações sobre as questões ambientais e para o incentivo do uso de transportes públicos. Os criadores dos itinerários usam-nos como ferramenta para a gestão de visitantes e com o objetivo de proporcionar uma rota interessante a seguir. No desenvolvimento dos mesmos, são selecionados temas específicos e são escolhidos e os locais com o intuito de contar uma história particular (MacLeod, 2013).

Os itinerários turísticos são uma matéria eminentemente interdisciplinar, devendo o seu estudo abranger temas variados para um melhor entendimento do conceito devemos avançar com algumas clarificações de definição (Diaz *et al.*, 1992). Avance-se primeiramente com o circuito turístico, entendido como o transporte de excursionistas em autocarros, dentro ou fora das localidades, realizado periódica e regularmente, segundo horários, itinerários e tarifas aprovados pelos Serviços de Turismo (DGT, 1991). Os circuitos turísticos e os itinerários temáticos são formas de turismo que permitem a descoberta de um território numa ótica organizada, que se desenvolve em torno de um tema (Vargas, 2003).

Não se pode confundir os itinerários culturais com as rotas turístico-culturais. Os itinerários correspondem a critérios históricos de autenticidade, de continuidade e de

intercâmbios entre culturas, enquanto as rotas são intervenções turísticas de conveniência, promovidas por agentes públicos e privados numa rede de recursos patrimoniais mais ou menos homogêneos e vinculados entre si como produto comercial (Ramirez, 2011). No fundo, o itinerário deve-se entender de uma descrição de um caminho que especifica os lugares por onde passa e vai propondo uma série de atividades e serviços no decurso do passeio (Aguilar, 2012).

O Conselho Europeu avança com definição mais abrangente que inclui todos os itinerários que contribuam para a cooperação entre territórios, para a difusão cultural e identitária para promover o desenvolvimento turístico (Ramirez, 2011).

Assim, poderá derivar-se a importância de concentrar certas ideias chave do local para o tornar especial e memorável, em vez de tentar passar toda a informação aos visitantes. Focando em ideias chave, ou temas, de sítios que podem oferecer itinerários mais claros, estruturados e de maneira mais organizada, os itinerários construídos nesta premissa ajudam os visitantes a aprender e a recordar a mensagem principal do local. Uma linha contínua de informação coerente juntamente com localizações chave fazem do itinerário temático o esqueleto para satisfazer as necessidades ou interesses em específico dos visitantes (Levy *et al.*, 2001).

### 3.1 Tipos de Itinerários

A Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) distingue dois tipos de itinerários culturais, em primeiro lugar as históricas traçadas para dar curso a um propósito determinado, como por exemplo o Caminho Inca. Em segundo lugar, aqueles que são resultam de grandes processos evolutivos em que intervêm distintos fatores humanos que coincidem e se encruzam para o mesmo fim, como por exemplo o Caminho de Santiago (Ramirez, 2011). Para além destes, existem mais tipologias:

1. **Históricos:** é possível encontrar uma linha condutora entre factos históricos que dão origem a itinerários monográficos interessantes, recorrendo a lugares ligados ao referente facto ou época;
2. **Artísticos:** a arte atrai imenso público. É possível munir os itinerários com monumentos do mesmo estilo artístico para dar uma ideia geral do mesmo;
3. **Literários:** têm itinerários que tem como base em algum escritor, poeta ou corrente literária;

4. **Folclore:** representações folclóricas, festivais ou festas, jogos populares entre outros;
5. **Gastronómicos:** degustações de pratos típicos saborosos ou produtos regionais;
6. **Artesanato:** em termos gerais, a busca pelo o que é tradicional constituiu uma motivação importante para itinerários;
7. **Arquitetura popular:** um grande interesse em descobrir formas distintas de viver e a arquitetura regional de cada povo;
8. **Estudo:** podem aqui englobar-se todas as viagens organizadas para aprender algo, como os cursos de idiomas ou viagens de estudo (Diaz *et al.*, 1992);

Quanto às motivações que conduziram à criação dos itinerários, por norma são de ordem da valorização do património, e da procura de benefícios económicos e até da dinamização do próprio território. Segundo o estudo efetuado pelo CNRTER (1996), foram identificados três tipos de itinerários quanto à natureza dos seus intervenientes. Podem assim, identificar-se os itinerários criados por instituições ou entidades privadas (criadas por hoteleiros, restauração, proprietários de pontos de interesse ou prestadores de serviços de animação) e itinerários mistos constituídos por parcerias públicas e privadas.

O traçado dos itinerários poderá de ser de três tipos de configuração: linear, circular e em estrela. O primeiro trata-se de um itinerário em que o ponto de partida não coincide com o ponto de chegada, assumindo um formato circular tal; o último, em forma de estrela refere-se àquele que, tendo um ponto fixo de partida, propõe diversas alternativas de partida e de regresso. Quanto à sua extensão, podem ser variáveis, mas não muito extensos. A seleção dos locais ou das etapas deverá ser feita em função dos pontos em comum, ou segundo a especificidade da oferta, como por exemplo monumentos, restauração, alojamentos, pontos de acolhimento, informação, entre outros (Vargas, 2003).

Os itinerários culturais diferem conforme a dimensão da cidade. Por exemplo, em Madrid existem mais de cinquenta itinerários pedestres que dão a conhecer a cidade de uma forma temática. Estes itinerários são frequentemente usados pelos os próprios habitantes de Madrid, que assim ficam a conhecer culturalmente a cidade. O mesmo se passa com a cidade de Barcelona. Os itinerários numa pequena cidade podem ser uns elementos altamente facilitadores da atração e fixação de turistas na mesma. Através dos itinerários e serviços que as cidades podem fornecer, destaca-se a possibilidade de as

tornar mais atrativas e criativas, através da sua facilidade em encontrar algo que seja realmente único. Deste modo, poder-se-á desenvolver um pequeno nicho de mercado, gerando novas empresas e novos empregos (Aguiar, 2012).

### **3.2 Como Fazer um Itinerário**

O primeiro ponto a focar debruça-se sobre o mercado e a angariação de um grupo de potenciais clientes – os de passagem. Para isso, é necessário que o itinerário não contrarie o fluxo de circulação. Este poderá igualmente aumentar a sua eficácia se apoiar um tema cultural que se pretenda afirmar ou utilizar-se como ponto de partida para o desenvolvimento de infraestruturas que favoreçam o desenvolvimento de uma determinada região. O itinerário a criar terá de considerar não só a movimentação das populações locais, mas também dos potenciais e a existência de infraestruturas de acolhimento e dos sítios culturais mais frequentados. Mais uma vez os locais de pequena dimensão são os que mais beneficiam da implantação (Sarlanga, 1997).

A elaboração e realização de um itinerário são o resultado final de um grande processo de estudo e análise de possibilidades e de um conhecimento prévio dos dados. Os pontos-chave do itinerário são os lugares que devido à sua importância e significado não se podem excluir, devendo coincidir com os serviços base, como o alojamento e o almoço, entre outros, para que a maior parte do tempo seja passada nesses pontos. ainda

Importa ainda ter em consideração algumas noções base: não exceder em demasiado o itinerário (que não seja muito longo nem que os pontos de interesse sejam muito espaçados entre si); não introduzir demasiados pontos de interesse para não tornar o itinerário muito subcarregado; deixar margens para imprevistos; ter em conta o horário de funcionamento dos monumentos ou museus, assim como os dos outros serviços como os restaurantes por exemplo (Diaz *et al.*, 1992). Portanto, podemos sustentar a formação de itinerário em três planos de realização. O primeiro plano seria o da expectativa prévia sobre o lugar e o que vai ser visitado; o segundo plano recairia sobre a experimentação do mesmo (se vai ao encontro da expectativa do ponto anterior ou se superou essa expectativa); por fim a função do itinerário como relato oral ou escrito ilustrado por mapas ou fotografias sobre os caminhos percorridos. Neste contexto o itinerário deve ter explicitamente a localização e a orientação espacial do lugar ou dos lugares que evoca, assim como a descrição

detalhada e orientada dos elementos que o compõem. O itinerário deve ser enriquecido com o acompanhamento de um mapa temático (Cisne, Gastal, 2011).

Nesta base devem ser encorajadas implementações integradas de turismo cultural inovadoras, que ativem itinerários culturais como um intercâmbio cultural que resultará na conservação do património e do desenvolvimento regional sustentável (Shishmanova, 2015).

## **4. Peniche**

### **4.1 Caraterísticas Geográficas, Geológica e Geomorfológica**

Com uma área de cerca de 77 quilómetros quadrados, e com uma população de 27 205 habitantes (INE Oeste, 2013), Peniche localiza-se sobre uma península<sup>4</sup> com cerca de 10 quilómetros de perímetro e que encontra no Cabo Carvoeiro e no arquipélago das Berlengas o seu extremo ocidental.

O município de Peniche abarca apenas uma freguesia, a Junta de Freguesia de Peniche. As Berlengas, no seu conjunto de ilhas e ilhéus singulares da costa portuguesa, fazem sobressair as grutas, o farol, o Forte de São João Batista e as praias, bem como a fauna e a flora que preservam. Destaque também para o Cabo Carvoeiro, o ponto mais ocidental de Portugal a norte do Cabo da Roca, onde foi erigido um farol devido aos inúmeros naufrágios ocorridos nesse trecho ocidental (CMP, 2006b).

O concelho de Peniche nem sempre apresentou a geomorfologia que apresenta hoje em dia. No período pré-histórico, mais especificamente durante o Paleolítico Superior, o nível médio do mar fixava-se a 120/125 metros abaixo do atual. Neste período a linha de costa a aproximadamente a 20 quilómetros de a oeste da atual localização de Peniche, que ficava relativamente afastada do litoral. A formação do istmo<sup>5</sup> que ligou a ilha ao continente ter-se-á iniciado apenas nos finais do século XI, por força da acumulação de areias transportadas por via marítima e fluvial, processo que lentamente moldou a ilha na atual península de Peniche (CMP, 2006d).

---

<sup>4</sup> Formação geológica consistindo de uma extensão de terra que se encontra cercada de água por quase todos os lados, com exceção da porção de terra que a liga com a região maior (Wikipédia, 2016).

<sup>5</sup> Terra que liga uma península ao continente (Priberam Dicionário, 2016).



**Figura 1-** Região de Peniche há 2 mil anos

Fonte: CMP, 2006e



**Figura 2 -** Região de Peniche atualmente

Fonte: CMP, 2006e

As falésias calcárias que oscilam por toda a Península de Peniche, contam uma história contínua com mais de 20 milhões de anos de evolução geológica do Jurássico inferior, o que faz com que Peniche esteja incluída na chamada Orla Meso-Cenozoica Ocidental de Portugal<sup>6</sup>, à semelhança de outros locais como a Figueira da Foz, Coimbra, Rabaçal, Tomar, Porto de Mós ou São Pedro Moel (Almeida *et al.*, 2008a).

Como se não fosse suficiente, Peniche está enquadrado numa posição de alto valor paisagístico da nossa zona costeira ocidental e o seu valor científico excede

---

<sup>6</sup> Uma das quatro grandes unidades morfo-estruturais em que o país se encontra dividido (SNIRH,2016).



fronteiras nacionais (Duarte, 2005). Principalmente no perímetro envolvente ao Cabo Carvoeiro mostra uma paisagem dominada por uma sucessão de calcários e rochas em condições excepcionais de exposição do afloramento que permitem uma observação detalhada do registo sedimentar. Os imensos atributos geológicos aí presentes, alguns deles singulares no contexto da geologia nacional, são facilmente comprovados, através da intensa e inesgotável atividade científica produzida particularmente, nos diferentes domínios da Geologia e da História Natural (CMP, 2006e). Neste contexto, o lugar da Ponta do Trovão localizado na fachada norte da Península de Peniche, foi unanimemente considerado pela comunidade científica internacional como tendo o melhor registo a nível mundial da transição entre intervalos de tempo Pliensbaquiano-Toarciano (andares do Jurássico Inferior). O perfil de Peniche é hoje o que melhores condições reúne para o estabelecimento do GSSP (*Global Boundary Stratotype Section and Point*) (Duarte, 2005). Este reconhecimento ficou patente na classificação em dezembro de 2014 pela *Internacional Commission on Stratigraphy da Internacional Union on Geological Sciences*, entidade da tutelada pela Unesco. De modo a assinalar esta importante distinção, o Município de Peniche realizou uma cerimónia no dia 25 de Julho de 2016 que contou com a presença do Professor Stanley Finney, Presidente da *Internacional Commission on Stratigraphy da Internacional Union on Geological Sciences* (CMP, 2016a). As evidências geológicas presentes na Península de Peniche tornam este local, um importante laboratório natural para atividades de divulgação científica e ideal para a aprendizagem *in loco* de alguns documentos da história geológica da Terra (Duarte, 2005).



**Figura 3-** Prego Dourado

Fonte: Malheiros, 2016

## 4.2 Introdução Histórica

A ocupação deste território, encontra-se registada desde o Neolítico, período do qual foram resgatados vestígios arqueológicos na conhecida gruta da Furninha, situada na Costa Sul da península de Peniche. Este complexo pré-histórico será considerado um dos mais importantes de Portugal, compreendendo vestígios paleolíticos e neolíticos sobrepostos. Na época Romana o concelho de Peniche foi, desde tempos remotos, ocupado por população que viram na pesca um importante recurso económico (MMP, 2016a).

Testemunho desta diacronia, são os pesos de rede de pesca em cerâmica, da época romana, produzidas na antiga olaria do Morraçal da Ajuda juntamente com escavações arqueológicas de tanques de salgação de peixe, da mesma época. Na ilha da Berlenga no âmbito da recuperação do Bairro dos pescadores foram recolhidos cerca de 1453 fragmentos cerâmicos, essencialmente agrupados em três grandes horizontes cronológicos incluindo a época romana, essencialmente conjuntos anfóricos (Bugalhão, Lourenço, 2011).

Na Idade Média, a ilha viveu sob a influência da vila da Atouguia da Baleia, que teve relevância por exemplo, no reinado de D. Dinis e que se especializou na rendível atividade piscatória. O desenvolvimento agrícola e comercial ocasionado pelo porto da Atouguia da Baleia. A população local tinha acesso a recursos essenciais como água e campos férteis e o controlo sobre zonas de pesca importantes ao largo da então ilha de Peniche (Cunha *et al.*, 2012).

Mais tarde, devido à abundância de caça, que se verificava por toda esta região, chamou a atenção da realeza, o que motivou a construção do Paço Real, em Serra D' El-Rei que serviu de habitação temporária ao Rei D. Pedro I em 1357 ou 1358 (Peixoto, 1996).

Durante o apogeu político-económico de Atouguia, a então ilha de Peniche constituía basicamente um local de abrigo sazonal de pescadores, pouco propenso a ocupações permanentes ou grandes populações pela falta crónica de nascentes e reservas de água potável (Cunha *et al.*, 2012). O gosto pela navegação, levou muitos pescadores a tomarem a profissão de mareantes, alistando-se nas armadas de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral. Marcaram os navegantes de Peniche uma posição de relevo, não só pela sua riqueza, mas também pela sua competência profissional, o que veio a levar o Rei D. João IV a pedir a Peniche 40 pilotos com experiência para as viagens para o Brasil. Peniche começou a progredir, quando os seus moradores empreenderam nas viagens ao Oriente, donde trouxeram fabulosas fortunas. O enriquecimento obtido pelos navegantes em muito deve ter

contribuído para o engrandecimento urbanístico da povoação no século XVI e princípio do século XVII (Peixoto, 1996).

Devido à inviabilidade do uso comercial do porto de Atouguia viria a contribuir para a deslocação da população para Peniche, a partir do século XVI. Peniche passa a ser o porto mais viável para escoamento de mercadorias, para a indústria pesqueira e para fluxo de passageiros. Este aumento de atividade económica da localidade vai servir de impulso para o desenvolvimento da ocupação urbana até então incipiente de Peniche. Esta mudança de centro do poder económico local, de Atouguia para Peniche, materializa-se no espectro político com D. Filipe II em 1609 quando elevada Peniche a vila e sede de Concelho (Cunha *et al.*, 2012).

Marcante é a edificação, iniciada em 1570, de um sistema para defesa contra a pirataria vinda do Norte de Africa. A fortaleza que fora concluída no reinado de D. João IV em 1645, foi mais tarde, entre 1934 e 1974, utilizada como prisão política durante o Estado Novo, de onde fugiu, entre outros, Álvaro Cunhal. Hoje é um espaço museológico dedicado à temática do Estado Novo, mas também à etnografia da Cidade de Peniche (MMP, 2016b).

Em 1786, na Papoa numa noite de inverno embateu o galeão espanhol *San Pedro de Alcântara*, que vindo do Peru, além do fabuloso tesouro, transportava também, por despojo, cabecilhas incas rebeldes, prisioneiros que iriam ilustrar a corte de Madrid (MMP, 2016b).

A linha de costa corresponde ao atual Concelho de Peniche apresentou diferentes configurações geomorfológicas que moldaram e condicionaram económica, social e culturalmente as populações que ao longo dos tempos foram ocupando este território. Na etnografia penichense pontificaram as tradições, os usos e os costumes associados à faina da pesca e indústrias adjacentes, ao cultivo dos campos ou ao rendilhar dos bilros. A memória de trágicos naufrágios, a arreigada religiosidade popular ou a tradicional gastronomia constituem, igualmente, importantes traços desta comunidade. A principal atividade económica do Concelho, a pesca foi alvo de um longo processo evolutivo sofrendo especial transformação durante o primeiro quartel do século XX. A importante atividade piscatória desenvolvida em Peniche permitiu a implantação de uma sólida indústria de construção naval, assente em estaleiros. Com o dealbar do século XX assiste-se ao desenvolvimento de várias atividades industriais associadas à pesca, tais como a congelação, a produção de farinhas animais ou a produção de conservas, esta última com especial significado económico no concelho de Peniche. Com efeito, a indústria conserveira de Peniche, conheceu neste período um grande incremento, traduzido na laboração de perto de uma

vintena de fábricas especializadas na transformação e conservação de pescado (Almeida *et al.*, 2008b).

Continuando no século XX, temos o afundamento durante a II Guerra Mundial do navio inglês *Dago* por um avião Alemão, localização a cerca de 3,25 milhas a sul do Cabo Carvoeiro. Encomendado à companhia *Caledon Shipbuilding and Co.*, uma das maiores companhias de navegação privada do mundo à época. Entre toda a tripulação incrivelmente apenas quatro tripulantes foram feridas no ataque dos quais dois foram hospitalizados. Este acontecimento motivou uma posição oficial de protesto Britânico perante o Estado Português e que, foi suficiente relevante no ponto de vista político e diplomático, para ser lembrado e usado como argumento de protesto quando outros navios Britânicos quando afundados às mãos do eixo, no que punha em causa a velha aliança Luso-Britânica (Russo, n.d.).

Atualmente, Peniche continua a apostar no mar. Através do turismo, com a abertura de um estabelecimento de ensino superior dedicado quase exclusivamente à área do turismo, dos desportos náuticos, da energia das ondas e da exploração dos recursos piscícolas, esta ligação primordial persiste e consolida-se (MMP, 2016c).

### 4.3 Levantamento dos Recursos Turísticos

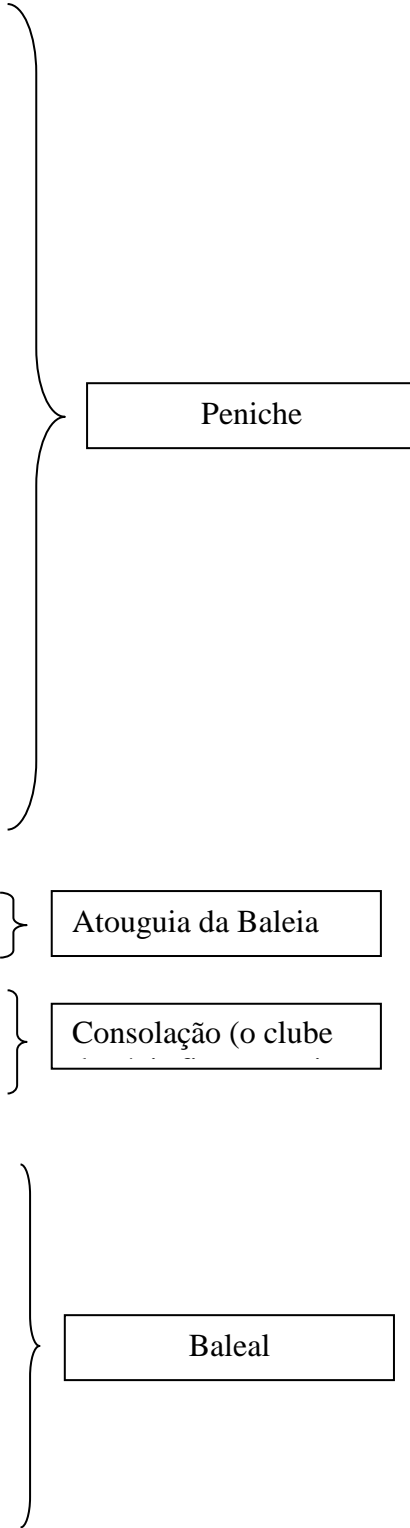
<b>Património edificado</b>	
<b>Recursos</b>	<b>Tipologia/Localização</b>
Fortaleza	Monumento Nacional/Peniche
Forte das Cabanas Cortina do Cais	Imóvel não classificado/Peniche
Meio Baluarte da Misericórdia	Imóvel não classificado/Peniche
Cortina do Morraçal ou do Jardim Baluarte da Ponte Cortina do Morraçal de Peniche-de-Cima Meio Baluarte de S.Vicente	Imóveis não classificado/Peniche
Cortina do Portão Meio Baluarte da Gamboa	Imóvel não classificado/Peniche
Forte (de São João) da Luz Forte de Nossa Senhora da Consolação, Consolação	Monumento Nacional/Peniche
Fortim do Baleal	Imóvel não classificado/Baleal
Forte de S. João Baptista	Monumento Nacional/Ilha da Berlenga
Gruta da Furninha	Vestígios pré-históricos/Peniche

<b>Museus</b>	
<b>Recursos</b>	<b>Observações</b>
Museu Municipal de Peniche	
Museu da Renda de Bilros	Inaugurado a 23 de Julho de 2016
Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia	

Fonte: Furtado, 2011

<b>Igrejas, Capelas e Santuários</b>		
<b>Recursos</b>	<b>Tipologia</b>	
Igreja de São Pedro	Imóvel de Interesse Público	
Igreja da Misericórdia (e Torre do Relógio adjacente)	Imóvel de Interesse Público	
Igreja de Nossa Senhora da Ajuda	Imóvel de Interesse Público	
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Imóvel não classificado	
Igreja de Sant'Ana	Imóvel não classificado	
Santuário dos Remédios	Imóvel de Interesse Público	
Capela de Nossa Senhora dos Remédios	Imóvel de Interesse Público	
Cruz da Redenção	Imóvel não classificado	
Ermida de Santo Estevão	Imóvel não classificado	
Igreja de São Leonardo	Monumento Nacional	
Igreja de São José	Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia	
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Imóvel de Interesse Público	
Igreja de Nossa Senhora da Consolação	Imóvel não classificado	
Igreja de S. Sebastião	Imóvel não classificado	

Fonte: Furtado, 2011

<b>Operadores Locais</b>		
<b>Recursos</b>	<b>Tipologia</b>	
Atlântida	Pesca Desportiva	 <div>Peniche</div>
Atlântida Sub	Mergulho	
Autentoturismo	Agência de viagem e Turismo Incoming	
Bahia Beach Club	Lazer Náutico e Eventos	
Biixa- Mar	Pesca desportiva	
Casa Naval	Pesca desportiva	
Clube de Ténis de Peniche	Ténis	
Funpolis	Escola de Surf	
Haliotis	Mergulho	
Regalos Lda.	Animação turística	
A Coutada	Turismo em espaço rural	Atouguia da Baleia
Atlântico Golfe Hotel	Golfe	Consolação (o clube
Ténis Splash	Ténis	
Baleal Sol Village I	Ténis	Baleal
Baleal Surf Camp	Escola de Surf	
Campo de Tiro	Tiro	
Escola Surf Baleal Lda.	Escola de Surf	
Peniche Surf Camp	Escola de Surf	



Fonte: CMP, 2006g

<b>Diversão e Lazer</b>	
<b>Recursos</b>	<b>Tipologia</b>
4 Estações	Restaurante
Abrigo do Pescador	Restaurante
Ambassador	Bar
Bar S. Pedro	Bar
Beira Mar	Restaurante
Café Mystic	Bar
Cortiçais	Marisqueira
Cyber Café	Bar
Estelas Restaurante Cervejaria	Restaurante
Katekero I	Restaurante
Katekero II	Restaurante
Maria Caipirinha	Bar
Meia Via	Restaurante
Minhoto II	Restaurante
Mira Mar	Restaurante
Miradum	Marisqueira
Nau	Restaurante
Nau dos Corvos	Restaurante



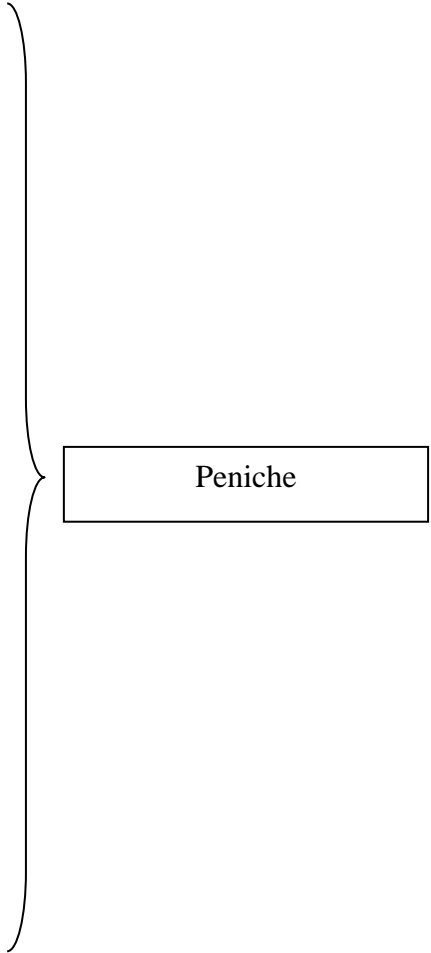
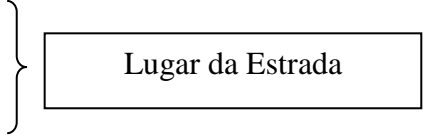
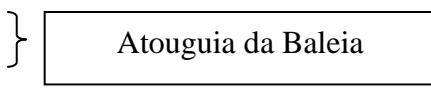
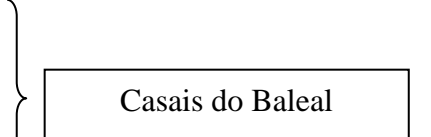
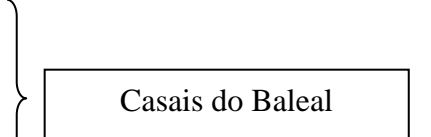
Peniche



O Parque	Restaurante		<div>Peniche</div>
O Pedro	Restaurante		
Oceanário	Restaurante		
Onda Azul	Restaurante		
Pátio da Lagoinha	Bar		
Popular	Restaurante		
Remédio Santo	Bar		
Rocha	Restaurante		
Sardinha	Restaurante		
Tasca do Joel	Restaurante		
Toca do Texugo	Restaurante		
Três Ás	Bar		
Amigos do Baleal	Restaurante		<div>Baleal</div>
Bar da Ilha	Bar		
Bar da Praia	Bar		
Bar do Bruno	Bar		
Café Central	Bar		
Coktail Bar	Bar		
Danau Bar	Bar		
O Febras	Restaurante		
Pérola do Atlântico	Restaurante		

Praianha Bar	Bar		
Arcadas	Restaurante	}	Atouguia da Baleia
Bateira	Restaurante		
Curva	Restaurante		
O Espadarte	Restaurante		
Cabem Todos	Marisqueira	}	Consolação
Hot Spot	Bar		
Maresol	Restaurante		
Cantinho Saloio	Restaurante	}	Ferrel
Cem Sons	Bar		
Taberna dos Almocreves	Bar		
Faz as Pazes	Restaurante	}	Lugar da Estrada
Maré Viva	Restaurante	}	São Bernardino
Paraíso da Foz	Restaurante	}	Alto Veríssimo
Tribeca	Restaurante	}	Serra D'El Rei

Fonte: CMP, 2006c.

Hotelaria		
Recursos	Tipologia	
Albergaria Maciel	4 Estrelas	
Hotel Soleil	3 Estrelas	
Peniche MH Hotel	4 Estrelas	
Peniche HostelBackpackers	Hospedaria	
Peniche SleepHouse	Residencial	
Hotel Pinhalmar	4 Estrelas	
Residencial Avis	Residencial	
Residencial Cristal	Residencial	
Residencial Katekero II	Residencial	
Residencial Marítimo	Residencial	
Residencial Mira Mar	Residencial	
Residencial Popular	Residencial	
Residencial Rimavier	Residencial	
Residencial Hebe	Residencial	
Hotel Neptuno	Hotel	
Hotel A Coutada	Hotel	
Atlantis	Residencial	
Baleal à Vista	Residencial	
Rocha Mar	Residencial	

D.Inês de Castro	Hospedaria	}	Coimbrã
Casa das Marés I	Residencial		
Casa das Marés II	Residencial	}	Ilha do Baleal
Casa das Marés III	Residencial		
Pequena Baleal	Residencial		
Atlântico Golfe Hotel	4 Estrelas	}	Casal Botado
D. Rita Park	Aparthotel, 3 Estrelas		
Mar azul	2 Estrelas	}	Serra d'El Rei
Quinta do Juncal	Turismo de Habitação		

Turismo no Espaço Rural	
Recursos	Localização
Casa do Castelo	Atouguia da Baleia
Paço Real	Serra D'El Rei
Villa Berlenga Holidays	Casais Mestre Mendo
Parques de Campismo	
Recursos	Localização
Parque Municipal de Campismo	Peniche
Peniche Praia Camping	Peniche
Área de Campismo da Berlenga	Ilha da Berlenga

Fonte: CMP, 2006a

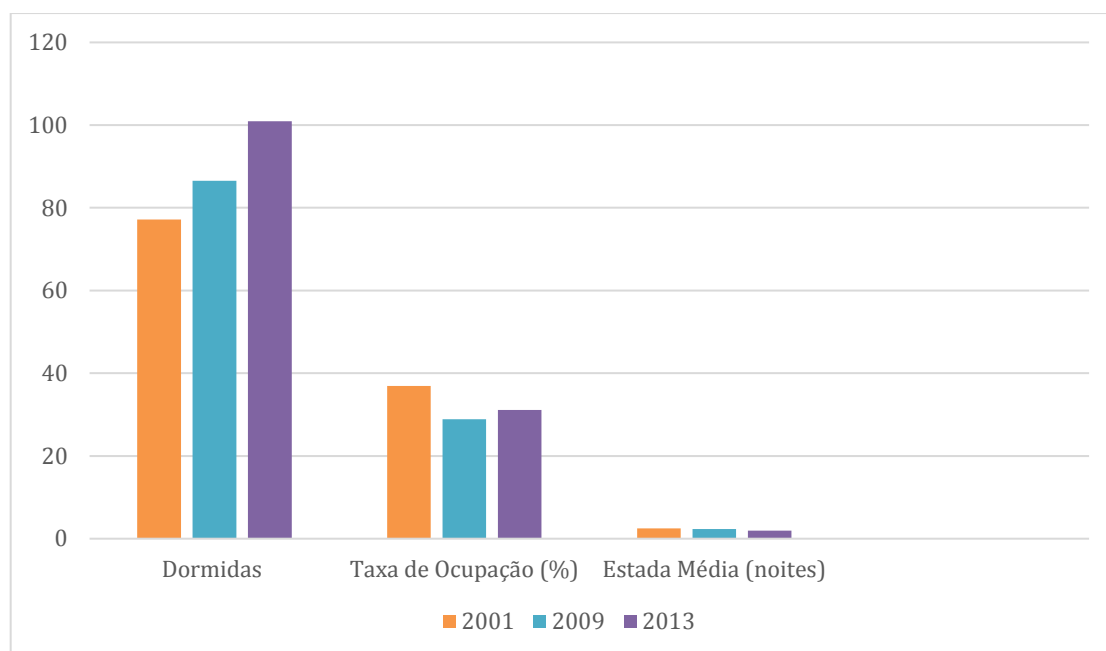
Um recurso turístico refere-se a qualquer elemento natural ou produto da intervenção humana, capaz de motivar a deslocação de pessoas a um determinado local ou de ocupar os seus tempos livres. Nesta medida, o concelho de Peniche apresenta uma estrutura de recursos turisticamente relevantes, tanto em quantidade, como em diversidade (CMP, 2009b)

Como é possível analisar nas tabelas acima apresentadas, existe uma grande quantidade e diversidade de património edificado que na sua maioria se apresenta como imóvel de interesse público à exceção dos dois monumentos nacionais. A verdade é que com a inexistência de uma estratégia para rentabilizar e promover estes recursos a pedra basilar do desenvolvimento turístico continua com a estreita ligação com o mar. Esta ligação resultou com que as operadoras locais se focassem a sua oferta apenas nesta vertente, como se pode observar na tabela acima, a maioria delas é direcionada para atividades marítimas salvo algumas exclusões (própria autora).

No âmbito da restauração, predominando a oferta da gastronomia tradicional da região costeira de Peniche, ao nível de pescado e marisco. No entanto, o *website* da internet do Município de Peniche não disponibiliza todo o inventário dos estabelecimentos de restauração disponíveis no concelho, sendo possível aferir os com mais populares junto dos visitantes, apurando cerca de 40 estabelecimentos disponíveis para todos os gostos e carteiras (CMP, 2006c).

Quanto à oferta de alojamento, Peniche apresenta uma capacidade considerável, que para além das unidades de alojamento enumeradas acima, existem ainda disponíveis diversos *hostels* e *SurfHouses* disponíveis (CMP, 2006a).

#### 4.4 Caraterização Turística



**Gráfico 1-** Caraterização Turística do Concelho de Peniche

Fonte: Própria Autora

Em 2001 o concelho de Peniche registou 77,197 dormidas e com a taxa de ocupação média de 36,7% e a estada média por hóspede nesses estabelecimentos hoteleiros foi, do mesmo ano, 2,5 noites (Furtado, 2011). Segundo o Instituto Nacional de Estatística, ocorreu uma ligeira evolução dos valores acima enumerados. Em 2009, o concelho de Peniche totalizava 86,513 dormidas e um total de 38.133 hóspedes. No entanto, se registou um decréscimo da taxa de ocupação média para 28,9% e ainda da estada média por hóspede para 2,3 noites (INE Oeste, 2009). Mais recentemente o panorama geral mantém segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística do Oeste em 2013 o concelho de Peniche contou com o aumento das dormidas com 100,944 e com a taxa de ocupação igualmente a subir para 31,11%. Os hóspedes também foi um valor que aumentou significativamente para 59,917. Nota-se uma ligeira subida da taxa de ocupação média para 31,11 %, no entanto um decréscimo na estada média do hóspede para 1,95 noites (INE Oeste, 2013).

Pode concluir-se desta análise que apesar de se registar um aumento do número de visitantes, o Município não assegura a capacidade de o manter durante o tempo desejável, de forma a possibilitar impacto económico profícuo para o concelho. Comparando com outras cidades concorrentes, como Óbidos e Nazaré, onde o visitante permanece, na primeira visita, em média 3 a 5 noites e na segunda visita 2 a 3 noites, importa que as

idades estejam claramente mais vocacionadas e dedicadas para os seus recursos e valores culturais.

A cultura tem de assumir um importante papel de promoção do conhecimento e de permanência do visitante. O concelho no passado ano de 2015 encontrou alguns desafios de concretização na programação cultural. Começando pela dinamização da Fortaleza de Peniche enquanto centro cultural de excelência do concelho, aliando a valorização da importância histórica do imóvel num contexto contemporâneo através da realização de diversos eventos e projetos culturais. Em termos da rede museológica municipal aposta na dinamização da mesma no âmbito do serviço educativo do Museu Municipal e na divulgação do novo polo cultural do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia. Assegurar a continuação da iniciativa da “Rota das Igrejas”, que se iniciou em 2009 para melhor dar a conhecer o património cultural e religioso do concelho. A prossecução do apoio de estudo do sítio arqueológico do Morraçal da Ajuda, em curso desde 1998, para possibilitar a redescoberta do passado conserveiro de Peniche na época romana (CMP, 2015).

No entanto a Associação *Patrimonium*, do Centro de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche, tem vindo a realizar algumas atividades no contexto cultural. Com 19 anos de existência foi criada pela preocupação da preservação e divulgação do património local e regional que esta associação sem fins lucrativos nasceu em 1997 através dos professores Mariano Calado, José Loios, Ana Batalha, Leopoldina Manteigas, entre outros. Passou por um tempo de interregno entre 2007 até 2013 quando novos membros reativam a associação com novas atividades e ideias. Os membros da associação são, de modo genérico, das áreas da arqueologia, história e biologia. Os objetivos da Associação são o estudo, defesa e divulgação do património, sendo tanto edificado, mas também natural. Participam em vários congressos, palestras, realizam passeios temáticos e organizam jantares medievais, sendo este último a única atividade onde o participante tem de contribuir monetariamente. Além dessas atividades estão ainda a elaborar a carta arqueológica do concelho de Peniche, tendo sido edificados alguns sítios inéditos, esta carta irá ser uma ferramenta, para o futuro, melhorar e diversificar a oferta cultural e diferenciar em relação a outros concelhos. Entre muitas das atividades realizadas pela *Patrimonium* as mais recentes foram os intitulados “Passeios com História” que nos dias de 30 e 31 de Julho foram concretizados no âmbito da festa anual dedicada à Nossa Senhora da Boa Viagem, que tomava lugar na Fortaleza de Peniche. Em setembro, dia 3, retomaram novamente a

desta vez com um passeio com visita guiada ao interior da igreja da Ajuda e um roteiro militar de Peniche de cima. Para terminar gostaria de referir apenas mais uma iniciativa que foi na comemoração do Dia da Arqueologia, celebrada 24 de Julho, a *Patrimonium*, UNIARQ (Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa) e a Faculdade de Letras de Lisboa, realizaram protocolo de colaboração entre as instituições. Protocolo esse que conjuntamente com outras entidades virá a fortalecer a base de investigação arqueológica, histórica e patrimonial na região de Peniche para a elaboração da carta arqueológica referida em cima (Constantino, 2016)

Perante o panorama geral referente à cultura e ao património do país, a palavra esperança tem de ser uma constante. A Câmara Municipal de Peniche apesar de ter assumido o compromisso, através da Carta de Associativismo, de regular o acesso aos apoios municipais; planificar anualmente os investimentos de apoio ao associativismo; concertar os recursos associativos locais com vista à otimização dos meios e congregação de esforços; e por fim divulgar os recursos associativos locais e das respetivas iniciativas a verdade é que não o faz. A Associação *Patrimonium* não tem qualquer ajuda monetária ou divulgativa por parte do município, tendo sempre resposta negativa para realização de qualquer atividade. Segundo a Carta do Associativismo o orçamento financeiro atribuído para Novembro de 2005 a Dezembro de 2010 foi cerca de 1,783.222,20€, dos quais a Associação *Patrimonium* nunca recebeu um cêntimo. A única fonte de rendimento da associação, apenas utilizada para a divulgação das atividades da mesma, é através *merchandising* ligado aos aspetos culturais como por exemplo, porta-chaves, pequenos azulejos, ímãs, entre outros. Apesar das adversidades a esperança de fazer esta nova geração, uma mais ciente do seu património e defensora acérrima da sua herança identitária é o que a *Patrimonium* espera alcançar (DPIS, 2011).

Através das novas motivações turísticas é possível confirmar o sucesso destas atividades já que o turista contemporâneo possui novos valores como a preferência pelo real, o autêntico e o natural, tentado viver emoções proporcionadas pelas características dos recursos sejam estes naturais ou edificados. Este assume também uma nova atitude perante a natureza e os recursos culturais e artísticos, perspetivando a apreensão de alguma informação resultante dessa experiência tendo em mente a sua posterior transmissão a outrem. Este tipo de atividades parecem ser uma boa prática de dinamização do património concelhio, já que a afluência tem sido bastante e crescente (Faustino *et al.*, 2005).



#### **4.5 Plano Regional de Promoção Turística**

A estratégia de desenvolvimento regional proposta para o Centro de Portugal, bem como os Planos de Ação Regional que a avistam operacionalização no horizonte de 2014 a 2020 (2013), constituem propostas concretas, validadas pela participação alargada dos agentes económicos, sociais e institucionais da região, numa ótica de melhoria sustentada do desempenho da região no contexto nacional. O objetivo é aumentar a capacidade de realização no plano da inovação, mas também de alargar a possibilidade de internacionalização e colaboração em rede, enquanto garante a valorização do conhecimento, junto de empresas na região, noutras regiões do país. Por outro lado, procura-se garantir ao tecido empresarial da região e promover o acesso alargado às suas necessidades de mobilização de conhecimento para melhorar e inovar nos seus processos e produtos e, desse modo, reforçar a competitividade.

O modelo de desenvolvimento da região Centro deverá ser dirigido por imperativos de uma competitividade que procura assim ser simultaneamente:

- Responsável, no sentido de respeitar aspetos ambientais, relacionados com os direitos humanos e a qualidade de vida dos cidadãos, bem como de responsabilidade social e de evolução harmoniosa da região Centro;

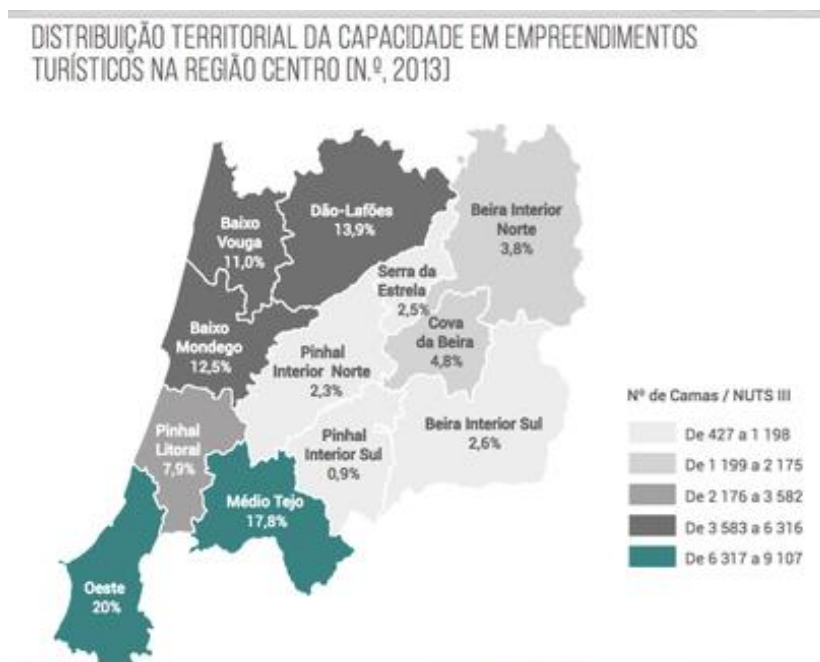
- Estruturante, no sentido de corresponder a pilares duradouros e sustentáveis de construção da competitividade da região centro no mundo contemporâneo, com uma ótica também de médio prazo e dirigida à aposta nos vetores com potencial regional da criação de valor acrescentado;

- Resiliente, no sentido de ser robusta face a oscilações de contexto, traçando um rumo de evolução positiva que seja capaz de resistir a diferentes tipos de imprevistos que possam surgir a nível nacional e internacional, assim como aos momentos bons e menos bons.

Encontrando-se já entre as 100 regiões mais inovadoras da União Europeia, a região Centro de Portugal possui condições para reforçar o seu desempenho a este nível, promovendo a criatividade e as transferências do conhecimento. O reforço de coesão territorial, da coesão social e dos vetores de promoção da qualidade de vida da população, numa ótica de valorização dos investimentos infraestruturais já efetuados e de afirmação de uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, da articulação entre os diferentes espaços sub-regionais e de aproveitamento sustentável e sustentado dos recursos regionais.

A região Centro apresenta-se como um território diversificado que abrange sub-regiões de grande riqueza a nível de oferta turística. A esmagadora maioria da capacidade de

alojamento da região Centro situa-se junto ao litoral, que concentra 83,1% da oferta existente em Empreendimentos Turísticos, Alojamento Hoteleiro, TER e Parques de Campismo (OCI, 2013).



**Figura 4-** Distribuição Territorial da Capacidade em Empreendimentos Turísticos na Região Centro

Fonte: INE, Estatísticas de Turismo, 2014

Nos últimos anos, a região Centro registou uma oposta significativa no alojamento qualificado, reforçando o desenvolvimento da sua oferta turística. De fato, entre 2007 e 2014 a região registou um aumento da sua capacidade de alojamento em 12% como podemos observar no seguinte quadro.

# ESTABELECIMENTOS E CAPACIDADE NA REGIÃO CENTRO (2014)

	ESTABELECIMENTOS		CAPACIDADE	
	(n.º)	(%)	(Camas/n.º campistas)	(%)
<b>REGIÃO CENTRO</b>	<b>884</b>	<b>100%</b>	<b>117.580</b>	<b>100%</b>
<b>Total de Empreendimentos Turísticos</b>	<b>657</b>	<b>74%</b>	<b>108.165</b>	<b>92%</b>
Alojamentos Hoteleiros <sup>(1)</sup>	301	46%	35.452	33%
Outros alojamentos <sup>(2)</sup>	121	18%	5.823	5%
TER e TH Parques de Campismo <sup>(3)</sup>	235	36%	66.890	62%
Alojamento Local <sup>(4)</sup>	227	26%	9.415	8%

**Figura 5-** Estabelecimentos e Capacidade na Região Centro

Fonte: INE, Estatísticas de Turismo, 2014

O turismo é uma área com forte tradição na região do Oeste, com produtos específicos já fortemente associados a este território como o sol e praia, *resorts*, saúde e bem-estar e por fim desportos náuticos, e que constituem hoje imagens de marca de uma oferta diferenciada e concentrada. Responder com êxito à procura dos diferentes produtos que a região oferece e melhorar a sua competitividade depende da capacidade de integrar e articular produtos turísticos e promover a cooperação permanente entre entidades do setor para que, em conjunto possam melhorar competências e reforçar ou criar elementos diferenciadores com a base nos recursos existentes. Trata-se assim de reforçar a região como um destino turístico de excelência capaz de se adaptar a diferentes públicas e segmentos de mercado com aspirações e necessidades específicas.

Assim, a estratégia regional 2020 Oeste Portugal (2013) na área de especialização prioritária do Turismo tem por base o seguinte objetivo geral: criar um destino turístico de proximidade que se distinga pela diversidade concentrada e pela complementaridade e inovação das experiências oferecidas. Ressalva-se dois importantes objetivos estratégicos : incentivar, apoiar e premiar a diversificação e inovação de experiências, cruzando diferentes produtos e recursos turísticos, apostando no conceito de diversidade concentrada; requalificar e diferenciar o produto “Sol e Praia”, pela aposta em ofertas complementares, pela valorização paisagística e ambiental, reforçando a proposta de valor para o turista comparativamente com outros destinos concorrentes e pela aposta no *touring* cultural e paisagístico.

## 4.6 Itinerários Temáticos

### 1. Itinerário da Igreja da Misericórdia

A Igreja da Misericórdia está situada na cidade de Peniche, na freguesia da Nossa Senhora da Conceição no Largo 5 de Outubro. Esta igreja foi construída no século XVII em 1621 tendo sido mais tarde sujeita obras de restauro em 1796 (data esculpida na porta de entrada da igreja). A igreja encontra-se anexada ao que era, antigamente, o hospital de Peniche, mas com a mudança do mesmo para novas instalações é hoje em dia a sede da Santa Casa da Misericórdia de Peniche (Serrão, 1984).

No seu interior a igreja possui apenas uma nave onde se inicia o itinerário. Começa-se com o olhar voltado para cima para o teto que está preenchido com 55 telas, dispostas em 11 filas de 5 caixotões cada, representando cenas do Novo Testamento, Livro dos Atos dos Apóstolos e Apocalipse. As telas revelam uma influência sevilhana do chamado novo naturalismo tenebrista que conduziu diretamente ao barroco onde o jogo do claro/escuro é característico. Baltazar Gomes Figueira<sup>7</sup> é o principal interveniente nas pinturas do teto da igreja. De seguida, destaca-se é o túmulo de D. Luis de Ataíde, 3.º Conde de Atouguia e Senhor de Peniche, duas vezes Vice-Rei da Índia (10.º e 12.º), falecido em Goa em 1580 e anteriormente sepultado no Convento do Bom Jesus, anteriormente localizado no Cabo Carvoeiro.

Continuando o percurso pela igreja, sobe-se até à galeria superior onde é possível admirar as telas conseguidas pela artista Josefa de Óbidos (1630-1684), nomeadamente *O Senhor Da Cana Verde* e *A Santa Face*. Estes dois pequenos quadros em tela, ovais, envoltos por uma moldura de talha dourada, são típicos exemplares de Josefa da sua melhor fase (anos 70). Existem, também, as obras que são *Cristo Crucificado* e o *Calvário* obra assinada e datada de 1676, e que constituiu a tela mais valiosa que a Santa Casa da Misericórdia possui.

Quando Baltazar Gomes Figueira regressou de Sevilha, teve como um dos seus primeiros trabalhos o Cristo na Cruz da Misericórdia penichense que assinou e datou de 1636. Josefa veio praticamente a replicar esta obra num pequeno quadro, guardado na varanda dos mesários, no lado do Evangelho, na Igreja, juntamente com as obras referidas anteriormente. Crê-se que estas obras não constituíram os antigos altares laterais da Igreja,

---

<sup>7</sup> Pintor Português do século XVII, pai da famosa pintora Josefa de Ayala, mais conhecida como Josefa D'Óbidos (CMO, 2016).

que documentalmente se sabe terem tido outras invocações, mas antes faziam parte de do grande retábulo-mor seiscentista desmantelado para a construção do atual, em 1767, por se encontrar apodrecida a madeira. A dimensão do retábulo mostra a capacidade de Josefa em aceitar grandes empreitadas (Caetano, 2015).

Finalmente, na sala anexada à galeria superior, caminha-se ao encontro de duas vitrines que asseguram o maravilhoso retábulo flamengo do século XV, recuperado de um naufrágio<sup>8</sup> perto do Arquipélago das Berlengas, identificado como pertencente à Escola de Bruxelas. O Retábulo da Paixão antes de estar na posse da Igreja da Misericórdia esteve na Igreja do Calvário, em Peniche onde foi alvo de mal-executados repintes e encontrava-se, por conseguinte, em péssimo estado de conservação. Graças ao Instituto de José Figueiredo o retábulo foi restaurado e preservado até hoje na Igreja da Misericórdia. Esta peça é um retábulo constituído por cinco grupos esculpidos em madeira policromada em que a temática é a Flagelação e o Encontro com Verónica à esquerda; ao centro é representado o Calvário e por fim a Descida da Cruz e a Deposição no túmulo do lado direito (ISCMP, 1988).

Este retábulo esteve integrado na Exposição ” *O Brilho do Norte – Esculturas do Norte da Europa em Portugal*”, apresentada entre 1997 e 1998 no Palácio Nacional da Ajuda numa organização da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Foi também apresentado na exposição do Grande Jubileu do Ano 2000 – *CRISTO, Fonte de Esperança*, organizada pela Diocese do Porto. De 2 de Dezembro de 2004 a 20 de Fevereiro de 2005 e de 4 de Março a 5 de Junho de 2005, em Madrid (Espanha) e em Gante (Bélgica), esteve integrado na exposição “*El Fruto de La Fe*” *El Legado Artístico de Flandres en la Isla de le Palma*, organizada pela Fundação Carlos de Amberes, de Madrid (ISCMP, 1988).

Neste itinerário pela inclusão do retábulo flamengo, abrange-se uma subcategoria de alguma relevância: património cultural subaquático. O bem cultural aquático é composto por bens móveis e imóveis e suas zonas envolventes, testemunhos de presença humana, possuidoras de valor histórico, artístico ou científico, situados inteiramente ou em parte, em

---

<sup>8</sup> Por volta de 1590, um navio em que viajava o pintor holandês Hendrick Cornelisz Vroom, foi assolado por uma tempestade terrível e foi necessário que a tripulação e o pintor abandonassem o navio e dirigiram-se num pequeno barco para a Ilha das Berlengas, o navio, como consequência do mau tempo convalesceu ao poder das ondas, e naufragou, e a corrente levou a carga até a costa de Peniche. onde se encontrava um convento. Os monges vendo as pinturas e acervo religiosos que deram à costa recuperam as peças, entre elas, o Retábulo da Paixão (Reiner, Santos, 2002).

meio subaquático, encharcado ou húmido. Além disso, o bem pode ainda situar-se nas margens dos cursos de água, margens de lagos e lagoas, ou, inclusivamente, em zonas inundadas ou assoreadas (Ramos, 2016).

## 2. Itinerário Renda de Bilros

Sendo uma cidade tão culturalmente envolvida na arte de fazer renda de bilros, não existindo carência de recursos para apresentar aos visitantes, os critérios de seleção dos recursos para a presente investigação identificaram-se facilmente. O recurso teria que estar intrinsecamente ligado às rendas de bilros, no contexto de revelar algo, como por exemplo um bilro, uma renda, ou até uma senhora a fazer renda. Por outro lado, deixar de parte os edifícios, ou seja, as antigas escolas ligadas ao ensinamento desta arte não seria opção. Desta forma, selecionaram-se os seguintes recursos:

1. Posto de Turismo de Peniche (atual escola de rendas de bilros): criada em 1987, a Escola Municipal de Rendas de Bilros de Peniche, surgiu com o propósito de salvaguardar a arte de tecer a renda de bilros. Localizada no edifício do Posto de Turismo de Peniche, no centro da cidade, é frequentada por alunas de todas as idades (CMP, 2016f).
2. Estátua da Rendilheira: para homenagear as mulheres rendilheiras de Peniche, foi erguido, em 1996, um monumento à Rendilheira nos mês de Fevereiro. O monumento foi construído e encomendado ao escultor Fernando Marques e localiza-se no Jardim Público da cidade (Calado, 2003).
3. Monumento dedicado ao Pescador : em 1992 foi erguido no largo da antiga ribeira um monumento de homenagem ao Homem do Mar, da autoria do escultor João Duarte<sup>9</sup>. De formas cheias e arredondadas, é possível observar um homem pescador e a sua companheira, sempre presente, que se faz acompanhar de uma almofada, com os seus bilros (Calado, 2003).

---

<sup>9</sup> Este trabalho foi atribuído, pela Academia Nacional de Belas Artes, O “Prémio Doutor Gustavo Cordeiro Gomes/92”, distinção conferida, anualmente, ao melhor monumento construído em Portugal (Calado, 2003).

4. Fortaleza de Peniche (antiga escola de Rendas de Bilros antes de ser transferida para o Posto de Turismo): em 1974 quando libertada da sua função de cadeia política foi possível, pelo incentivo da Câmara Municipal de Peniche, dá vida ao Museu Municipal de Peniche numa estrutura orgânica onde foi integrado um núcleo dedicado às rendas bilros, com duas salas de exposição e uma escola oficina (Frazão, s.d.).
5. Antiga Escola de Desenho Industrial Rainha D. Maria Pia: criada em 1887, para a educação técnica dos dois sexos, e teve com primeira diretora a artista de Caldas da Rainha, Maria Augusta Bordalo Pinheiro<sup>10</sup> (Moutinho, 2003).
6. Antiga Escola Industrial de Rendeiras Josefa de Óbidos: em 1912, a Escola de Desenho Rainha D. Maria Pia, em Peniche, passaria as suas dependências para outra infraestrutura na qual passa a ser denominada como Escola Industrial de Rendeiras Josefa de Óbidos, que pela reforma de 5 de outubro de dezembro de 1918 passa apenas a admitir alunos do sexo feminino para receberem o ensino elementar de forma prática e acessível (Almeida *et al.* 2008c).
7. Antiga escola-oficina do Clube Stella Maris: em 1962, Monsenhor Manuel Bastos de Sousa, pároco de Peniche, particularmente preocupado com a preservação do artesanato local, levou a cabo, integrada na obra social do Lar de Santa Maria, a criação de uma oficina, nas instalações do clube Stella Maris (Almeida *et al.* 2008c).
8. Escola Secundária de Peniche e Pannel do átrio da Escola Secundária de Peniche: a migração da mão de obra feminina para a indústria conserveira e algumas fábricas a que se assistiu nas duas primeiras décadas do século XX, provocou o desaparecimento da Escola Industrial de Rendeiras Josefa de Óbidos. Em 1948 a escola volta ao ativo, desta vez integrada na recém-criada

---

<sup>10</sup> Maria Augusta Bordalo Pinheiro nasceu a 14 de Novembro de 1841. De uma família ligada à arte, sendo a filha mais velha de Manuel Maria Bordalo Pinheiro (1815-1880), irmã de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) e de Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929) (Elias, 2013).

Escola Industrial de Peniche (atual Escola Secundária de Peniche), onde as rendas de bilros deixaram de constituir um curso autónomo na estrutura curricular, tornando-se apenas uma disciplina opcional, sem obrigatoriedade de presença (Almeida *et al.* 1995).

### 3. Itinerário de Arquitetura

Neste itinerário é proporcionada ao visitante uma análise estilística e cronológica da arquitetura da cidade, que começa no século XVI e termina no século XX, seguindo apenas uma rua. O itinerário inicia-se e termina na Rua D. Luis de Ataíde. Começando pela casa número 48, onde é possível identificar uma janela de guilhotina guarnecida de cantarias com recortes na verga, original de tipo manuelino da primeira metade do século XVI. A seguinte paragem é na porta número 45 onde se pode observar uma porta com a verga decorada, desta feita em estilo manuelino, mas da segunda metade do século XVI. A casa número 67 – terceira paragem - é um exemplo do estilo Joanino, pertencendo à primeira metade do século XVIII. Como complemento da terceira paragem, a quarta paragem tem lugar na casa número 130, exemplar do segundo ou terceiro quartel do século XVIII. Termina-se o itinerário com dois pormenores do século XX, podendo analisar-se no número 57 uma chaminé e saídas pluviais e por fim no número 68 dois óculos (Peixoto, 1996).

### 4. Um olhar sobre Peniche (comboio turístico)

Como quarto e último itinerário, propõe-se a oferta de uma visão generalista, mas, enriquecedora da história da cidade de Peniche e das suas características únicas. Todo o percurso é realizado de comboio turístico, já existente na cidade, iniciando-se e terminando no Posto de Turismo de Peniche. Assim, partindo do Posto de Turismo, segue-se em direção à Avenida Marginal onde a primeira paragem será na Furninha, gruta pré-histórica que nos remete para o início da ocupação deste território. Segue-se até ao Cabo Carvoeiro, de onde é possível avistar o Arquipélago das Berlengas, que, sendo uma reserva natural, permite uma abordagem às suas características em termos de fauna e flora. Continuando pela Avenida Marginal, ir-se-ão encontrar diversas fábricas



industriais de conserva, ainda hoje com significado económico favorável para a região. Antes de terminar o itinerário novamente no Posto de Turismo, a última paragem tomaria lugar no Reservatório Elevado do Filtro de Peniche, recentemente recuperado, do qual ainda hoje o povo de Peniche faz uso para a lavar a roupa (própria autora).

## 5. Reflexão Crítica

O rápido desenvolvimento de museus, teatros e outras infraestruturas culturais tornaram-se a alavanca de desenvolvimento do *Grand Tour* nos séculos XVIII e XIX, fazendo deste a base da indústria do turismo cultural. Em adição aos monumentos que muitas cidades europeias herdaram, o desenvolvimento cultural tornou-se parte do projeto nacionalista europeu. As nações investiram na cultura para suportar a ideia da identidade e coesão nacional. Logicamente, o setor público apoiou e passou de uma ideia de produção para consumo, a atração cultural gerou turismo que suportava a economia. Podemos brevemente sumarizar a relação do papel da cultura para com o sistema económico da seguinte maneira:

Cultura 1.0 – A cultura como produto de crescimento cultural: comerciantes endinheirados e industrialistas investiam na cultura como meio de promover a sua imagem ou pelo simples facto de fazer um contributo para a comunidade. Este foi o modelo desenvolvido na época do *Grand Tour*, no qual as classes mais altas para além de contribuírem para a produção cultural, viajam para outros países como parte da sua educação.

Cultura 2.0 – Cultura como indústria: com a industrialização e o crescimento das indústrias culturais, a cultura tornou-se num campo económico grandemente estimulado pelo setor público o que resultou num crescimento positivo e na criação de postos de trabalho. É nesta altura que a classe trabalhadora começa também a ter acesso à cultura, que resultou no consumo massificado do turismo no século XX.

Cultura 3.0 – Cultura como fonte de novos valores: com a diversificação do gosto cultural, a fragmentação da produção cultural e o acesso às novas tecnologias, a cultura é passou a ser vista como uma identidade criativa que estimula a coesão social e identitária. Os turistas culturais já não seguem as atrações habituais dos guias turísticos, mas constroem a sua própria visão do que querem fazer e visitar (Richards, 2014).

No entanto, o turista cultural permanece a ser o visitante mais desejado, porque tende a representar um menor número de pessoas, tornando-se mais afável para com a

comunidade local. Por outro lado, são também os turistas que tendem a gastar mais dinheiro, o que faz com que se tornem num ator importante, através do suporte económico que providenciam às manifestações culturais em que participam (Smith, 1989).

A atividade próspera da economia cultural atraiu grande parte da transformação do espaço urbano, tendo a reabilitação do centro histórico sido numa primeira fase a parte mais desenvolvida (Socilotis, 2012).

A indústria do turismo é extremamente complexa e sofisticada, interligando-se numa combinação de setores e campos diferentes por todo o mundo. Por esta razão, o fenómeno turístico precisa de uma coordenação e cooperação, no aspeto da administração pública, através das suas instituições, assim como a autoridade e os mecanismos para os organizar. Caracterizando as tarefas da administração pública, através da dependência do poder político, são notáveis as implicações e as diferenças de um sistema político para outro, considerando que o interesse público e o objetivo do poder político andam sempre de mãos dadas, o que leva a concluir que o sistema público está ligado ao sistema político, e que o bom ambiente político é uma dimensão importante da administração pública. A nível local, existe uma descentralização da administração, no caso de uma cidade por exemplo, em que a autoridade organizadora é feita por uma identidade local – uma Câmara Municipal, com o respetivo Presidente da mesma como identidade executiva (Foris, 2014).

No sistema económico, que funciona na base da procura de mercado, o Governo tem de interferir para dar resposta a essa procura, em ordem a harmonizar o interesse público. Na economia moderna não pode, sem a intervenção do Estado, chegar a um nível de performance positivo para dar continuidade ao progresso geral.

O turismo faz parte do objetivo do desenvolvimento da economia moderna. Por um lado, o turismo pode representar um setor importante para a economia nacional e encorajar o desenvolvimento socioeconómico. O turismo é, cada vez mais, uma componente fulcral para a lógica económica de cada país. Dado a importância crescente da indústria do turismo, numa coordenação entre as esferas económica, social, cultural e política, o turismo tem de ser desenvolvido e promovido em termos gerais pelas autoridades locais, subordinadas pelo Governo e os seus Ministérios (Foris, 2014).

De acordo com as estatísticas de 2009, promovidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), mais de 50% das atividades

turísticas na Europa são geradas pelo turismo cultural e património cultural. O aumento do turismo cultural gere um grande número de benefícios, como a criação de novos postos de trabalho, a diversificação da economia local, a criação de oportunidades de parcerias locais, a preservação de tradições e cultura e a geração de investimento local nos monumentos históricos. Os benefícios de exploração destes agentes podem ser extramente profícuos, maioritariamente para áreas um pouco menos desenvolvidas neste campo (Gribincea *et al.*, 2015).

Em termos gerais, governar refere-se a todos os parceiros de poder, autoridade e governamentação, para assegurar ordem, onde o Estado depende de outros. Esta leitura abarca a cooperação entre o Governo e o setor privado. O Estado tem, por norma, a capacidade de diretamente intervir e resolver políticas públicas, mas para atingir objetivos coletivos de maneira mais eficiente utiliza a sua rede de contactos do setor privado, como ótimo acesso a recursos (Bramwell, Wan, 2015).

O Turismo contribui para o crescimento das economias regionais, fornecendo uma fonte de rendimento tanto para os residentes, como para empresas locais. Experiências regionais revelam que o turismo pode causar direta ou indiretamente efeitos positivos a um nível local, gerando emprego, assim como, em consequência, o aumento dos salários e das receitas de capital (Incera, Fernández, 2014).

Por um lado, o turismo gera um balanço económico positivo para todo o país. Mas por outro esse efeito não é distribuído de maneira equilibrada pelas regiões, sendo Lisboa e o Centro os grandes beneficiários. Regista-se de seguida o Algarve e o Norte, enquanto o Alentejo é a região com menos impactos. O Norte tem vindo a ganhar terreno internacionalmente e também a nível nacional devido ao crescente interesse no Vinho do Porto. O Centro é popular mais pela sua componente religiosa, Lisboa por sua vez é o que demonstra maior diversidade de produtos, desde culturais até negócios com a vantagem da proximidade do principal aeroporto internacional e importante porto com capacidade de receber barcos de cruzeiro de grandes dimensões. O Algarve está orientado, principalmente, para o produto Sol e Praia. O turismo no Alentejo não tem sido objeto de grandes investimentos em infraestruturais, tirando o recente inaugurado aeroporto de Beja e na zona do Alqueva. São estes dois os grandes exemplos de algum dinamismo na região (Andraz *et al.*, 2015).

O Plano Estratégico Nacional de Turismo (2007) tem o mérito de lançar novos destinos turísticos ou reforçar alguns que já vinham a ter algum desenvolvimento em anos anteriores como o Vale do Douro, Serra da Estrela, Alqueva, Oeste, Oeste

Alentejano e Leiria/Fátima. Trata-se da medida mais relevante porque com ela podem alcançar-se alguns objetivos essenciais para o desenvolvimento de novos produtos e desconcentração de mercados (Cunha, 2013). O facto de se tratar de uma atividade económica muito recente, que também só recentemente começou a ser objeto de investigação, será uma das razões explicativas do seu afastamento das políticas económicas. No entanto, podem apontar-se ao turismo cinco finalidades essenciais que lhe concedem um importante lugar na economia:

**1ª Finalidade Social:** permite garantir às populações, as condições essenciais para a melhoria da qualidade de vida;

**2ª Finalidade Territorial:** contribui para compensar ou atenuar os desequilíbrios regionais;

**3ª Finalidade Económica:** contribui para a solução de problemas económicos e é fator de dinamização da atividade económica global;

**4ª Finalidade Patrimonial:** pode e deve contribuir para proteger o meio ambiente e valoriza o património cultural.;

**5ª Finalidade Cultural:** por um lado, é um importante instrumento de promoção e divulgação do património cultural existente e, por outro, cada vez mais se vai transformando numa forma de cultura, ou seja, num património de conhecimentos, de atitudes e de experiências que contribuem para transformar o mundo material e criar novos valores (Cunha, 2013).

O Património Cultural como objeto de uma tarefa fundamental do Estado e das demais instituições públicas estrutura-se em proteção e valorização. Valorizar no sentido de tudo que se destina a permitir, alargar ou melhorar a possibilidade de acesso imediato ou mediato aos bens culturais. Por sua vez, a defesa do património cultural é um dos vetores da política da preservação da independência nacional, tarefa prioritária do Estado e seus órgãos administrativos (Ministério da Cultura, 1998).

Posto isto, para uma reflexão crítica sobre o que a Municipalidade de Peniche promove no concelho, apesar das várias tentativas de contactar a Câmara Municipal de Peniche nunca se obteve resposta ou a resposta recebida não era positiva. No entanto, foi possível aceder a um regulamento que, apesar de antigo, consagrava algumas incidências culturais interessantes reforçadoras da necessidade de uma perspetiva mais cultural sobre a cidade de Peniche. O Plano Diretor Municipal-Regulamento (1990) foca todos os encargos culturais e condições específicas para a proteção do património histórico em complemento das disposições gerais já contidas

na legislação de nível nacional. Foi possível apurar que segundo o inventário do património do concelho de Peniche, anteriormente referido, a maior parte dos imóveis são classificados como monumentos nacionais ou imóveis de interesse público. A proteção dos mesmos está estabelecida, portanto, nas normas regulamentares, mas poderiam ser completadas e aprofundadas por estudos complementares cuja elaboração deveria constituir uma preocupação sistemática municipal.

Em termos de documentação mais recente, foi possível identificar-se a Magna Carta Peniche 2025 (2009b), onde é promovido um diagnóstico estratégico de desenvolvimento de programas de atuação, onde a vertente cultural é abordada.

Como já mencionado, as transformações económicas, sociais e culturais que se têm verificado nas últimas décadas, contribuíram para a emergência de diferentes motivações e interesses que hoje tipificam as viagens e as deslocações dos indivíduos. Efetivamente, mesmo os produtos turísticos mais clássicos, como o Sol e Praia, resguardem a procura, sem prejuízo da emergência outros produtos com potencial de procura.

Neste contexto, Peniche apresenta uma estrutura de recursos turisticamente relevantes, como se pode aferir pela listagem apresentada anteriormente, tanto em quantidade como em qualidade. Pode-se então partilhar os problemas estruturais que afetam o concelho de Peniche, onde, em primeiro lugar, se refere a reduzida taxa média de ocupação na hotelaria, seguida da acentuação da sazonalidade dos fluxos turísticos, acompanhada pela clara falta de concentração estratégica na ótica da oferta, que inibe o desenvolvimento de ações conjuntas; e por fim a falta de profissionalização das empresas a operar no setor.

Exposta a situação da realidade turística do concelho de Peniche, a Magna Carta apresenta um quadro de recursos, abaixo representado, e as potencialidades ainda não exploradas na ótica.

Recursos	Descrição	De Recursos a Potencialidades
<b>Histórico-Culturais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos e produções artesanais com elevado valor histórico e identitário</li> <li>• Produtos tradicionais de qualidade (com nome protegido)</li> <li>• Gastronomia - enraizada nas ligações com o mar e com a actividade pesqueira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certificar as Rendas de Bilros de Peniche (por forma a salvaguardar um património cultural comum, garantir a continuidade da actividade e valorizar as produções no mercado).</li> <li>• Apoiar o trabalho de construção das embarcações típicas utilizadas na pesca de Peniche.</li> <li>• Divulgar a técnica do pescado seco e qualificar a produção.</li> <li>• Difundir a imagem da Sardinha de Peniche (quer através da indústria conserveira, como através da restauração).</li> <li>• Valorizar e divulgar os bolos tradicionais (esses, ossos, pastéis e amigos de Peniche).</li> <li>• Afirmar a produção de Aguardente da Lourinhã (DOP) e Pêra Rocha do Oeste com incidência em Peniche.</li> <li>• Divulgação do produto Gastronomia em torno dos pratos com maior tipicidade - Caldeirada de Peniche, Alfaquique com Açorda de Ovas, Sardinha Assada e Lagosta suada à moda de Peniche).</li> <li>• Identificar os restaurantes com pratos típicos e atribuir-lhes uma marca comum.</li> </ul>
<b>Património Edificado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortificações com interesse e relevância histórica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apostar na conservação e reabilitação do património.</li> <li>• Criar e implementar uma rota associada ao património de Peniche.</li> </ul>

**Figura 6-** Potencialidades do Concelho de Peniche Histórico Culturais

Fonte: CMP, 2009b

Aferindo anteriormente a variedade de recursos existentes a nível histórico-cultural, as potencialidades explanadas no quadro acima continuam muito focadas no mar. A relação com o mar é um dos traços principais dos tecidos social e económico de Peniche. Sendo uma cidade da zona litoral, torna-se inevitável esta estreita relação, no entanto não pode ser o recurso supremo da oferta. Nem tudo são más notícias e a verdade é que o Município tem vindo a empregar recentemente alguns esforços no desenvolvimento e participação de algumas atividades culturais. Em 2014 foram desenvolvidos dois percursos pelo património histórico e cultural em parceria com outra localidade concelhia, nomeadamente, Atouguia da Baleia, entre os meses de Junho e Julho, com duração de duas horas cada percurso, todas as sextas feiras. Mais recentemente, em 2015, Peniche participou numa iniciativa diferente, no âmbito da música - *Lisbon Music Fest* - evento de música clássica que decorreu entre Julho e

Agosto nas principais salas de espetáculo de Lisboa e que se estendeu a Sintra, Cascais, Évora, Figueira da Foz, Batalha e Peniche (Sousa, 2015). Em 2016 registou-se outra participação, desta vez na área da gastronomia – a *Restaurant Week*. Esta iniciativa teve início em 2009, primeiramente a nível da cidade de Lisboa, mas no ano de 2016 apostaram noutras localidades como em Lisboa, Porto, Évora, Loulé, Coimbra e Peniche (Tadeia, 2016).

Estas iniciativas noutras áreas sem serem ligadas com o conceito já intensamente desbravado que é o Turismo Sol e Mar quase não foram alvo de divulgação. Urge promover uma descentralização do produto Surf e apostar em novas iniciativas e isso não só tem de partir do Município, como também das operadoras locais. Em 23 operadoras que encontrei no concelho, apenas uma - a *Autentoturismo* - oferecia *tours* culturais que incluíam Peniche nos seus pacotes. As restantes ou são ligadas à animação turística ou a atividades aquáticas. (Portugalio, 2016).

Outra frente a abordar são as afamadas rendas de bilros. A renda de bilros é uma arte com mais de quatro séculos de existência, que remonta aos finais do século XVI, início do século XVI. O seu aparecimento chega a Peniche através das relações comerciais estabelecidas entre os marinheiros e pescadores vindos dos portos de Bruges e Antuérpia, na Flandres. No século XIX, esta arte era tecida pela maioria das mulheres de Peniche como complemento aos pequenos salários dos maridos pescadores. Com o aparecimento de novas e mais lucrativas alternativas à mão de obra feminina, a renda de bilros sofreu uma regressão, no início do século XX. Atualmente este elemento distintivo da identidade de Peniche continua salvaguardado através de várias iniciativas, sendo uma delas o ensino gratuito desta arte, através das aulas em Peniche, na Escola Municipal de Rendas de Bilros (atual Posto de Turismo), no Atlético Clube de Gerales, na Junta de Freguesia de Serra d'El Rei e por fim no Centro de Convívio Dona Inês de Castro, também na Serra d'El Rei. As inscrições são realizadas no Posto de Turismo de Peniche (CMP, 2016h).

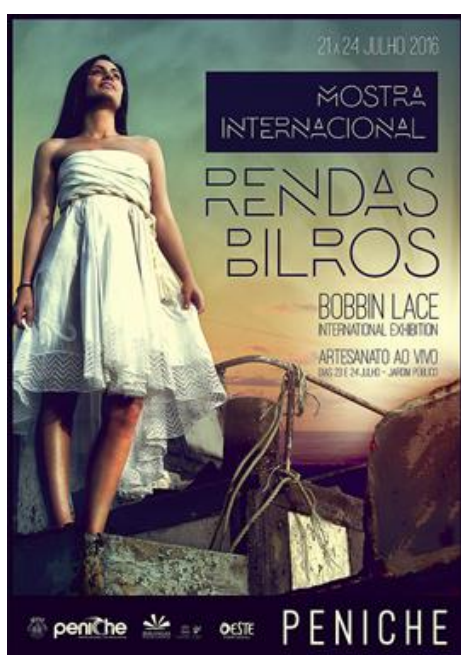
A salvaguarda continua com a nova abertura do Museu da Renda de Bilros. O museu foi inaugurado durante a Mostra Internacional de Rendas de Bilros que decorreu em Peniche de 21 a 24 de julho de 2016. Com esta iniciativa, Peniche pretende valorizar a mulher rendilheira e a sua arte, permitir a patilha de experiência entre artesãs e apresentar novas tendências da aplicação da renda de bilros (PPorto.pt, 2016).

Por último, na frente da renda de bilros é importante mencionar o dia da Rendilheira e o Concurso de Rendas de Bilros de Peniche ao dia associado. Estas iniciativas viram a suas primeiras edições tomarem lugar no ano de 1994 e desde de então são realizados anualmente. Esta iniciativa representa uma homenagem à mulher rendilheira e à arte de fazer a Renda de Bilros e visa contribuir para a valorização e promoção das Rendas de Bilros a nível nacional e internacional. Deste evento ressaltam-se alguns pontos fortes

- A presença de comitivas estrangeiras oriundas do Continente Europeu e do Continente Americano (Brasil, Espanha, França, Bélgica, Itália, Rússia, Hungria, País de Gales, Polónia, Republica Checa);

- Desfiles “Rendas na Moda”, com apresentação de criações concebidas pelos formandos pelo Centro de Formação Profissional da Industria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios (MODATEX), com aplicações de Rendas de Bilros em artigos de vestuário e acessórios de moda.

- Concurso de Rendas de Bilros de Peniche, este concurso destina-se todos os naturais do Concelho de Peniche ou nele residentes, que pratiquem esta arte e visa estimular o interesse pelo seu desenvolvimento, renovação e promoção. O ano de 2012 deu início ao Prémio INOVAÇÃO, dando lugar à expressão de inovação e criatividade e possibilitando o surgimento de novos conceitos de aplicação da Renda de Bilros de Peniche com vários tipos de materiais e desenhos não convencionais (CMP, 2006f).



**Figura 7-** Cartaz da Mostra Internacional de Rendas de Bilros 2016

Fonte: CMP, 2016b



No entanto, apesar de todas as iniciativas realizadas, persiste a urgência de mudar o público-alvo, não só para combater a sazonalidade que advém do produto Sol e Praia, mas também demonstrar que a cidade de Peniche tem muito mais para oferecer. O foco deve se virar também para o Turista Cultural que como grupo constitui um tipo de visitantes muito apreciado, tanto pelo respeito que revela pela cultura como pela comunidade recetora. A vantagem da atração de turistas culturais reside no seu alto poder de compra.

## **Conclusão**

Com a presente dissertação pretendeu-se explorar a possibilidade de aplicar e desenvolver o turismo cultural através de itinerários culturais temáticos no concelho de Peniche. Sendo o turismo de sol e praia predominante neste concelho devido à óbvia localização geográfica e à oferta existente, e tendo em conta a tendência atual, a cada vez maior, de apostar na diversificação e especialização dos destinos, considera-se que uma aposta no turismo cultural pode contribuir para uma tão necessitada diversificação da oferta turística do concelho.

A dissertação divide-se em quatro partes, sendo que a primeira faz uma introdução ao turismo cultural com as várias interpretações e definições que o conceito acarreta, juntamente com a visão do turismo cultural a nível nacional. Em seguida, foi realizada uma contextualização do concelho de Peniche. É explicado o motivo da escolha da cidade, os fatores que faziam de Peniche um bom caso de estudo, uma breve caracterização da cidade a nível histórico e geográfico de forma a demonstrar valor.

Na terceira parte da dissertação introduzem-se os itinerários propriamente ditos, tendo sido elaborados quatro itinerários temáticos para abranger a oferta cultural da cidade de Peniche, passando pela paisagem natural, artesanato, arquitetura e arte sacra. Na quarta e última parte é feita uma reflexão crítica para rematar toda a dissertação, onde se analisa a opção de explorar outros públicos para além do turista sol e praia e como as operadoras locais funcionam, ou não, nesse âmbito.

Mais do que definir o conceito de turismo cultural e de realizar uma proposta de aplicação do mesmo no concelho de Peniche, a presente dissertação pretendeu também analisar a atual oferta e realidade turística deste concelho e a eventual viabilidade de aplicação deste produto na mesma. O objetivo fundamental é dinamizar e diversificar a oferta turística e atrair e fidelizar um maior número de visitantes, com consequentes benefícios para a região. Para a realização desta dissertação foi fundamental a observação direta do concelho de Peniche. Também de grande importância foi a pesquisa bibliográfica, ao nível de livros, publicações e via *internet*, que permitiram uma boa base teórica de trabalho e um ótimo ponto de partida para a angariação de ideias e linhas orientadoras.

Contudo, importa referir que uma das dificuldades sentidas na condução desta dissertação foi a dificuldade de conseguir uma entrevista com o atual presidente da Câmara Municipal de Peniche. Estava prevista uma reunião com o presidente para apurar os planos da municipalidade para o turismo como complemento da análise feita dos vários planos de

turismo do Oeste, não tendo sido possível por indisponibilidade do próprio. Outro constrangimento encontrado foi o apuramento de informação *in loco*, uma vez que biblioteca municipal demonstra sérios deficits de informação sobre o concelho de Peniche, o que surpreende pela negativa.

Nesta perspetiva, futuros estudos sobre o turismo cultural em Peniche poderão recair sobre um desenvolvimento de parcerias mais afincadas com a Câmara Municipal de Peniche. Naturalmente, a autarquia de Peniche deve afirmar-se mais como parceiro ativo no desenvolvimento de atividades e iniciativas culturais e não como “inimigo”. Neste campo, as operadoras locais também devem dar o seu contributo para alavancar ofertas dirigidas a um público diferenciado, nomeadamente o cultural, pendendo inicialmente começar por captar alguns grupos da comunidade residente, e mais tarde desenvolver estratégias para aplicações mais abrangentes para o turista. Com a base em toda a análise anterior estas serão as batalhas para o futuro do concelho para construir uma cidade mais dinâmica e diferenciadora.

Peniche não pode viver apenas de sol e praia e o património cultural precisa de ser explorado e estimulado. O facto de Peniche não ter uma sala de espetáculos, um teatro ou um espaço dedicado apenas à cultura é prova de como não podemos evoluir culturalmente sem essas infraestruturas base. É necessária uma boa dose de mudança de mentalidade, o turismo cultural não poderá ser visto como via de ultrapassar os problemas do município, mas deve ser encarado como algo que pode contribuir para as próximas gerações como uma mais-valia de suporte histórico-cultural e, mais importante, como uma dimensão diferenciadora, que promova Peniche como um território rico em história e cultura. Mais do que um trabalho académico a presente dissertação pretende também afirmar um contributo pessoal à minha cidade da qual me orgulho e espero que continue a crescer na direção positiva porque tem claramente potencial para tal.

## Bibliografia

Aguiar, L., Ferreira, L., Pinto, R. (2012) “Turismo Cultural, Itinerários Turísticos e Impactos nos Destinos”, *Cultura: Revista de Cultura e Turismo*, s.v., n. °02, pp. 109-126;

Almeida, P., Brites, M., Resende, S. (2008a) *Atlas de Portugal Pinhal do Centro Maciços Calcários da Estremadura Oeste: Natureza e Meio Ambiente*, Matosinhos, QUIDNOVI;

Almeida, P., Brites, M., Resende, S. (2008b) *Atlas de Portugal do Centro Maciços Calcários da Estremadura Oeste: População e Urbanismo*, Matosinhos, QUIDNOVI;

Almeida, Á., Belo, D., Soares, J. (2008c) *Portugal: Atlas do Património*, Rio Mouro, Circulo de Leitores;

Almeida, A. (1995) *Roteiros de Portugal*, (s.l.), Circulo de Leitores;

Andraz, J., Gonçalves, H., Norte, N. (2015) “Effects of tourism on regional asymmetries: Empirical evidence for Portugal”, *Tourism Management*, s.v., n. °50, pp.257-267;

Ashworth, G., Dietvorst, A., (1995), *Tourism and Spacial Transformations – Implications for Policy and Planning*, London, Cab International;

Baudrihaye, J., (1997) “El Turismo Cultural: Luces Y Sombras”, *Revista de Estudios Turísticos*, n. °137, pp.43-54;

Bramwell, B., Wang, Y. (2015) “Political economy and the emergence of a hybrid mode of governance of tourism planning”, *Tourism Management*, s.v., n. °50, pp. 316-327;

Bruce, M. D. (2013) “The nineteenth-century golden age of cultural tourism” em Richards, Greg, Smith, Melanie (eds) *The Routledge Handbook of Cultural Tourism*, New York, Routledge, pp. 11-19;

Bugalhão, J., Lourenço, S. (2011) “A ocupação Romana da Ilha da Berlenga”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 14, s.n. °., pp.203-2015;

Cadavez, M. (2013) “Cultural Lessons: The case of Portuguese tourism during *Estado Novo*” em Richards, Greg, Smith, Melanie (eds) *The Routledge Handbook of Cultural Tourism*, New York, Routledge, pp. 89-94

Caetano, J. (2015) “Josefa de Ayala: Um sinuoso percurso do conhecimento”, em Museu Nacional de Arte Antiga (ed.) *Josefa de Óbidos e a Invenção do Barroco Português*, Lisboa, MNAA, pp.51-57;

Calado, M. (2003) *História da Renda de Bilros de Peniche*, Peniche, Edição Próprio Autor;

Câmara Municipal de Óbidos (2016) *Balazar Gomes Figueira – Biografia* [Online]. Disponível em <http://www.cm-obidos.pt/custompages/ShowPage.aspx?pageid=b9e245c4-3254-43bb-a1b0-791f8d55da5d> / (Acedido a 10 de outubro de 2016);

Câmara Municipal de Peniche (2006a), *Alojamento* [Online]. Disponível em <http://www.cm-peniche.pt/TurismoAlojamentos> / (Acedido a 26 de julho de 2016);

Câmara Municipal de Peniche (2006b), *Caraterização do Concelho* [Online]. Disponível em [http://www.cm-peniche.pt/concelho\\_caracterizacaoconcelho](http://www.cm-peniche.pt/concelho_caracterizacaoconcelho) / (Acedido a 11 de agosto de 2016) ;

Câmara Municipal de Peniche (2016a), *Cerimónia de atribuição de importante distinção internacional no domínio da geologia* [Online]. Disponível em <http://www.cm-peniche.pt/Municipio-de-Peniche-assinala-a-classificacao-da-Ponta-do-Trovao-como-GSSP-do-andar-Toarciano-Jurassico-Inferior> / (Acedido a 13 de julho de 2016);

Câmara Municipal de Peniche (2006c), *Diversão e Lazer* [Online]. Disponível em <http://www.cm-peniche.pt/TurismoDiversaoLazer> / (Acedido a 26 de julho de 2016);

Câmara Municipal de Peniche (2006d), *Geologia e Geomorfologia* [Online]. Disponível em <http://www.cm-peniche.pt/HPGeologiaGeomorfologia> / (Acedido a 11 de agosto de 2016);

Câmara Municipal de Peniche (2006e), *Geomorfologia* [Online]. Disponível em [http://www.cm-peniche.pt/Patrimonio\\_Peniche\\_Historia\\_Geomorfologia](http://www.cm-peniche.pt/Patrimonio_Peniche_Historia_Geomorfologia) / (Acedido a 11 de agosto de 2016);

Câmara Municipal de Peniche (2009a) *Mapa da Cidade* [Online]. Disponível em <http://www.cm-peniche.pt/uploads/Concelho/MapaCidade2009.pdf> / (Acedido a 4 de outubro de 2016);

Câmara Municipal de Peniche (2016b) *Peniche promove o maior evento do Mundo dedicado à arte de tecer a Renda de Bilros* [Online]. Disponível em <http://www.cm-peniche.pt/MOSTRA-INTERNACIONAL-DE-RENDAS-DE-BILROS--PENICHE-2016> / (Acedido a 11 de agosto de 2016);

Câmara Municipal de Peniche (2009b), *Peniche 2025: Diagnóstico Estratégico da Estratégia de Desenvolvimento e Programas de Atuação*, Câmara Municipal de Peniche, Ata N°3/2009;

Câmara Municipal de Peniche (2015), *Política Cultural* [Online]. Disponível em <http://www.cm-peniche.pt/cultura--politica-cultural> / (Acedido a 10 de agosto de 2016);

Câmara Municipal de Peniche (2006f), *Rendas de Bilros de Peniche – Locais de aprendizagem* [Online]. Disponível em <http://www.cm-peniche.pt/Rendas-de-Bilros-de-Peniche--Locais-de-Aprendizagem> / (Acedido a 10 de agosto de 2016);

Câmara Municipal de Peniche (2012), *Revisão do Plano de Diretor Municipal* [Online], Peniche, Câmara Municipal de Peniche, Disponível em [http://www.cm-peniche.pt/uploads/RevisaoPDM/RELATORIOFUNPDM\\_FINAL.pdf](http://www.cm-peniche.pt/uploads/RevisaoPDM/RELATORIOFUNPDM_FINAL.pdf) (Acedido a 13 de setembro de 2016);

Câmara Municipal de Peniche (2006g), *Turismo Ativo* [Online]. Disponível em <http://www.cm-peniche.pt/CatalogoTurismoAtivo> / (Acedido a 26 de julho de 2016);

Carrasco, Santos Elisabete Ana (2005) *O Turismo como Factor Revitalizador dos Centros Históricos – Caso de Estudo: Óbidos*, trabalho de final de curso, não publicado, Estoril, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;

Centre National de Ressources du Tourisme en Espace Rural (1996) *Etuded Documentaire: Connaissance des Routes Touristiques*, Clermont Ferrand, Association Interconsulaire du Massif Central;

Cisne, R., Gastal, S. (2011), “Nueva visión sobre los itinerarios turísticos una contribución a partir de a complejidad”, *Estudios y perspectivas en turismo*, vol.20, n. °6, pp. 1-18;

Claro, J. (2016a) *Aula dia 7 de Abril: Procedimentos de Classificação e de Inventariação de Bens Culturais*, Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa;

Claro, J. (2016b) *Aula dia 5 de Maio: Enquadramento do Regime Jurídico da Proteção do Património Cultural*, Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa;

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2013) s. n.º: Mobilização, Envolvimento, Trabalho em Rede, Ambição, Solidariedade – Plano de Ação Regional 2014-2020, Coimbra, CCDRC;

Constantino, A. (2016) Email para Patrimonium, Centro de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche, 3 de Setembro;

Cunha, C., Viela, C., Simões, S., Tomé, T., Moreira, J., Ginja, M., Gonçalves, G. (2012) “Convento Quinhentista do Bom Jesus de Peniche”, in Teixeira, A. e Bettencourt, J. (eds.), *Velhos e Novos Mundos Estudos de Arqueologia moderna*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, pp.517-525;

Cunha, L. (2013) *Economia e Política do Turismo*, 3ªed, Lisboa, Lidel – edições técnicas Lda.;

Cunha, L. (2001) *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo;

Díaz, Q., Prieto, Julia G. (1992) *Rutas e itinerarios turísticos en España*, España, Editorial Síntesis S.A;

Direcção-Geral do Turismo (1991) *Passeios Turísticos\* Circuitos Turísticos*, Lisboa, Direcção-Geral do Turismo;

Divisão de Planeamento e Intervenção Social (2011), “Carta Local de Associativismo: que metas e desafios?”, *Convenção “Sou de Peniche”*, Peniche, 22 de Junho, Câmara Municipal de Peniche, pp.1-29;

Duarte, L.V (2005) “The Jurassic of the Peniche Peninsula: An international reference point of great scientific value and educational interest, in Henriques, M.H., Azêredo, A.C., Duarte, L.V., & Ramalho, M. (eds), *Jurassic heritage and geoconservation in Portugal: selected sites*, IV international symposium ProGEO on the conservation of the Geological Heritage, Braga, Field Trip Guide Book Volume, pp. 23- 31;

Elias, M. (2013) “Maria Augusta Bordalo Pinheiro”, *A Arte em Portugal*, 12 de setembro [Blog]. Disponível em <http://aarteemportugal.blogspot.pt/2013/09/maria-augusta-bordalo-pinheiro-1841-1915.html> (Acedido a 30 de outubro de 2016);

Faustino, C., Ramos, D., Venâncio, R. (2005) “Percursos pelo património – itinerários históricos: experiências e resultados” *1ª Jornadas de Arqueologia e Património da Região de Peniche*, Peniche, 3 e 4 de Junho, Peniche, (s.n.), pp. 242-243;

Feldmann, M., Ravora, M., Vicente, C. (2013) “O Provedor de Justiça: Património e direitos culturais”, *Provedor de Justiça – Divisão de Documentação*, Lisboa;

Ferrari, S. (2013) “An experiential approach to differentiating tourism offers in culture heritage” em Richards, Greg, Smith, Melanie (eds) *The Routledge Handbook of Cultural Tourism*, New York, Routledge, pp.383-389;



Foris, D. (2014) “Study regarding a new dimension of tourism phenomenon – the political administrative dimension”, *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, s.v., n. °143, pp. 1078-1082;

Frazão, F. (s.d.) *Lendas Portuguesas*, Lisboa, Amigos dos Leitores;

Furtado, A. (2011) *Turismo Militar no Concelho de Peniche*, dissertação de mestrado, não publicado, Estoril, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;

Garcia, F. (2014) “A comparative study of the evolution of tourism policy in Spain and Portugal”, *Tourism Management Perspectives*, s.v., n. °11, pp. 34-50;

Gonçalves, A. (2003) *A componente cultural do Turismo Urbano como oferta complementar ao produto “sol e praia”: O caso de Faro e Silves*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospeção Económica (GEPE) e Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (IFT);

Google (2016a) *Municipality – Location* [Online]. Disponível em [https://www.google.pt/search?q=mapa+do+concelho+de+peniche&sa=X&esqv=2&biw=1366&bih=671&tbm=isch&imgil=gyzBXjpOG1piZM%253A%253B3j5ecEDNon9j\\_M%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fwww.cm-peniche.pt%25252Fmunicipalitylocation&source=iu&pf=m&fir=gyzBXjpOG1piZM%253A%252C3j5ecEDNon9j\\_M%252C\\_&usg=\\_\\_LFI6F12JC7m58ywG0l7zHGM3LY%3D&dpr=1&ved=0ahUKEwiQzZ3B78DPAhWLOD4KHSpjCf8QyjcIJg&ei=CXvzV9CkJYvx-AGqxqX4Dw#imgsrc=gyzBXjpOG1piZM%3A](https://www.google.pt/search?q=mapa+do+concelho+de+peniche&sa=X&esqv=2&biw=1366&bih=671&tbm=isch&imgil=gyzBXjpOG1piZM%253A%253B3j5ecEDNon9j_M%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fwww.cm-peniche.pt%25252Fmunicipalitylocation&source=iu&pf=m&fir=gyzBXjpOG1piZM%253A%252C3j5ecEDNon9j_M%252C_&usg=__LFI6F12JC7m58ywG0l7zHGM3LY%3D&dpr=1&ved=0ahUKEwiQzZ3B78DPAhWLOD4KHSpjCf8QyjcIJg&ei=CXvzV9CkJYvx-AGqxqX4Dw#imgsrc=gyzBXjpOG1piZM%3A) / (Acedido a 4 de outubro 2016);

Google (2016b) *Rede Museológica do Concelho de Peniche* [Online]. Disponível em [https://www.google.pt/search?q=rede+museol%C3%B3gica+de+peniche&esqv=2&biw=1366&bih=671&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiPkqyWr9DPAhUBnxQKHU31BNoQ\\_AUIBigB#imgsrc=2sBVoy0SF4y0\\_M%3A](https://www.google.pt/search?q=rede+museol%C3%B3gica+de+peniche&esqv=2&biw=1366&bih=671&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiPkqyWr9DPAhUBnxQKHU31BNoQ_AUIBigB#imgsrc=2sBVoy0SF4y0_M%3A) / (Acedido a 4 de outubro 2016);

Gribincea, C., Perciun, R., Stratan, A. (2015) “Identifying cultural tourism potenciales in Republic of Moldava through cultural consumption among tourists” *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, s.v., n. °188, pp.116-121;

Guedes, A., Jiménez, M. I. (2015) “Spatial patterns of cultural tourism in Portugal”, *Tourism Management Perspectives*, s.v., n. °16, pp.107-115;

Henriques, C. (2003), *Turismo Cidade e Cultura*, Lisboa, Sílabo Lda.;

Horváth, Z. (2013) “Cultural value perception in the memorable tourism experience” em Richards, Greg, Smith, Melanie (eds) *The Routledge Handbook of Cultural Tourism*, New York, Routledge, pp. 375-383;

Incera, A., Fernández, M. (2014) “Tourism and income distribution: Evidence from a developed regional economy”, *Tourism Management*, s.v., n. ° 48, pp.11-20;

Instituto Nacional de Estatística (2013) ISSN 0872-5055: *Anuário Estatístico da Região Centro 2013*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;

Instituto Nacional de Estatística (2009) ISSN 1646-2556: *O Território da Região Centro*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística;

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1988) *Retábulo da Paixão*, Boletim informativo do Instituto José Figueiredo, atividades de conservação e restauro;

Keller, P. (2000) “Tourism and culture: Managing Change”, *Tourism and Culture – 50th Congress*. Hangzhou (China), (s.d.), Suíça, AIEST (Internacional Association of Scientific Experts in Tourism), pp.9-21;

Levy, B., Lloyd, S., Schreiber, Porter Susan (2001) *Great Tours! Thematic Tours and Guide Training for Historic Sites*, Oxford, Altamira Press;

MacLeod, N. (2013) “Cultural routes, trails and the experience of place” in Richards, Greg, Smith, Melanie (eds) *The Routledge Handbook of Cultural Tourism*, New York, Routledge, pp. 369-375;

Malheiros, A. (2016) “Prego Dourado”, *a.b.r.i.l*, 26 de Julho [Blog] Disponível em <http://a-b-r-i-l.blogspot.pt/2016/07/prego-dourado.html> (acedido a 11 de agosto de 2016);

Michael, J. (1991) *Patrimone: les enjeux de la valorisation*, Paris, Éditions Touristiques Européennes;

Ministério da Cultura (1998) *Relatório Intercalar: Propostas de Lei de Bases de Património Cultural*, Lisboa, Ministério da Cultura;

Moura-Barata, J. (2016) *Aula dia 10 de Março: Identidade e Património Cultural*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Moutinho, V. (2003) *Lendas de Portugal*, (s.l.), Diário de Notícias;

Museu Municipal de Peniche (2016a) *Gruta da Furninha*, Placa informativa;

Museu Municipal de Peniche (2016b) *Memórias de Peniche*, Placa informativa;

Museu Municipal de Peniche (2016c) *Peniche ligação histórica com o mar*, Placa informativa;

Oeste Comunidade Intermunicipal (2013) PR – 01854: Estratégia 2020 Oeste Portugal D7/D8 Estratégia Regional 2020 Oeste Portugal, Caldas da Rainha, OCI;

Peixoto, L. (1996) *Peniche: Pormenores que testemunham o passado*, Rio Maior, Criamor - Publicidade;

Pereira, A. (2005) *O Impacte Turístico no Centro Histórico de Évora*, trabalho de final de curso não publicado, Estoril, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;

Portugal, Governo Português, Concelho de Ministros (2007), *Plano Estratégico Nacional do Turismo*, Lisboa, Turismo de Portugal, nº 61/2007, de 13 de Fevereiro;

Portugalia (2016) *Agências de Viagens em Peniche*, [Online]. Disponível em <http://www.portugalia.com/agencias-de-viagens/peniche/2.html> / (Acedido a 24 de setembro de 2016);

PPorto.pt (2016) *PPorto dos museus* [Online]. Disponível em <http://www.pportodosmuseus.pt/2016/07/11/peniche-inaugura-museu-da-renda-de-bilros> / (Acedido a 10 de agosto de 2016);

Priberam (2016), *Dicionário* [Online]. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/istmo> / (Acedido a 11 de agosto de 2016);

Portugal, Governo Português, Concelho de Ministros (2007), *Turismo 2020 – Cinco Princípios para uma ambição*, Lisboa, Turismo de Portugal, nº 53/2007, de 04 de Abril;

Ramalho, P. (2001) *O Turismo Cultural e Revitalização de Centros Históricos – Caso de Estudo: Monsaraz*, trabalho de final de curso, não publicado, Estoril, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;

Ramírez, J. (2011) “Los caminos del patrimonio. Rutas turísticas e itinerarios culturales” *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, vol.9, n.º 2, pp. 225-236;

Ramos, J. (2016) *Aula de 23 de Julho: Questões Emergentes do Património Cultural Subaquático*, Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa;

Reiner, F., Santos, R. (2002) *Berlengas: A História e as estórias*, Lisboa, Intermezzo-Audiovisuais Lda.;

Richards, G. (2014) “Cultural Tourism 3.0: The future of urban tourism in Europe?” *Città ri-visitate. Nuove idee e forme del turismo culturale*, Bergamo, 13-14 Março 2014. (s.l.:s.n.);

Richards, G. (1996a), “Production and Consumption of European Cultural Tourism”, *Annals of Tourism Research*, vol.23, n. °2, pp.261-291;

Richards, G. (1996b) “The social context of Tourism”, *Cultural Tourism in Europe*, (s.l.:s.n.), Wallingford, UK, CAB International, pp. 39-54;

Richards, G., Wilson, J. (2005) “The changing contexto of cultural tourism”, *From cultural tourism to creative tourism Part.1 The changing context of cultural tourism*. Barcelona (Espanha), (s.d.), Países Baixos, ATLAS (Association for Tourism and Leisure Education), pp. 7-11;

Robinson, M. (1999), *Conflicts in Tourism: Inevitability and Inequality* em Mike Robinson e Priscilla Boniface (ed.) *Tourism and Cultural Conflicts*, New York, CABI Publishing, pp. 1- 26;

Russo, J. (2012), *SS Dago: Historiografia de um destroço*, CINAV- Centro de Investigação Naval, Peniche;

Sarlanga, E. (1997) *Les routes touristiques:De la conception à l’animation* (Vol.1), Paris, Assemblée des Chambres Françaises de Commerce et d’ Industrie;

Serrão, V. (1984) *Pinturas Seiscentistas da Igreja da Misericórdia de Peniche*, Peniche, Santa Casa da Misericórdia;

Shishmanova, M. (2015) “Cultural tourism in cultural corridors, itineraries, areas and cores networked”, *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, (no vol.), n. °188, pp.246-254;

Smith, V.L (1989) *Host and Guest. The Anthropology of Tourism*, 2nd edn, Oxford, Basil Blackwell;

SNIRH (2016) *Unidades Hidrogeológicas* [Online]. Disponível em <http://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=4&idItem=3&idSubtem=link4> (Acedido a 28 de outubro de 2016);

Souliotis, N. (2012) “Cultural economy, sovereign debt crisis and the importance of local contexts: The case Athens”, *Cities*, no vol., n. °33, pp. 61-68;

Sousa, T. (2015) “Lisboa recebe a 1ª edição do Lisbon Music Fest”, *Destak*, 16 junho 2015, p.12;

Tadeia, P. (2016) “Menus de luxo, e desta vez, por todo o País !!”, *Metro*, 24 de fevereiro de 2016, p.2;

Vargas, M. (2003) *A Gastronomia Como Motivação Turística: Proposta de Elaboração de Itinerários em Torno do Pão, do Vinho e do Azeite, no Baixo Alentejo*, trabalho de final de curso, não publicado, Estoril, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;

Wihelm, D. (2000) “Tourism and Culture”, *Tourism and Culture – 50th Congress*. Hangzhou (China), (s.d.), Suíça, Aiest (Internacional Association of Scientific Experts in Tourism), pp.177-185;

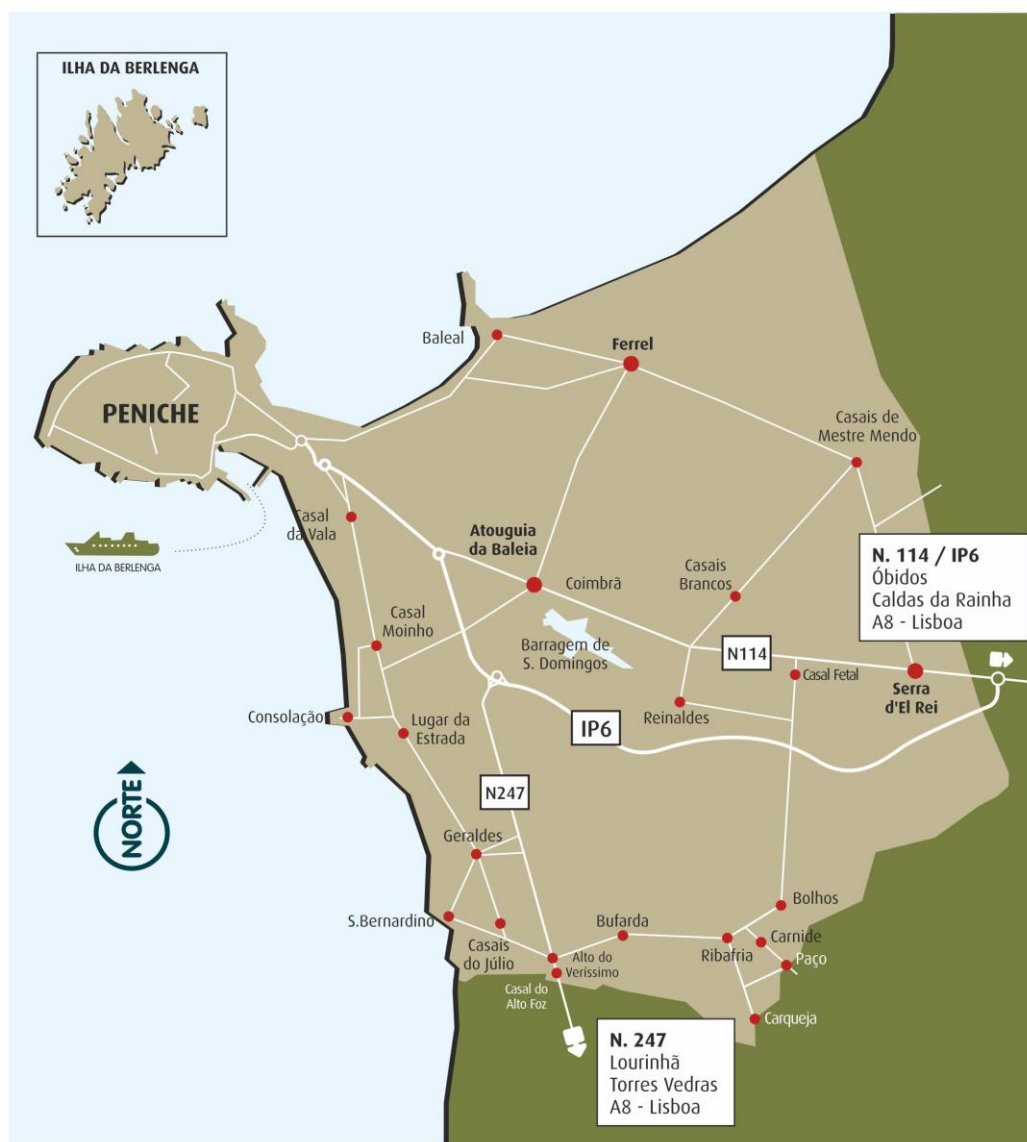
Wikipédia (2016) *Península* [Online], 4 de agosto de 2016. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pen%C3%ADnsula> (Acedido a 28 de outubro de 2016);

World Tourism Organization (2012), *Tourism and Intangible Cultural Heritage*, Madrid, UNWTO;

World Tourism Organization (2004), *Tourism Market Trends*, Madrid, WTO;

## **Anexos**

## Anexo I – Mapa do Concelho de Peniche



Fonte: Google, 2016a



## Anexo II – Mapa da cidade de Peniche



Fonte: CMP, 2009a

## Anexo III – Rede Museológica do Concelho de Peniche

# História | Património | Identidade

History | Heritage | Identity

## Rede Museológica do Concelho de Peniche



### MUSEU MUNICIPAL DE PENICHE

IDENTIDADE MARÍTIMA | RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA  
Municipal Museum



### FORTALEZA DE PENICHE

Campo da República | Peniche

#### Horário de funcionamento

de terça-feira a sexta-feira: 09h00-12h30 e 14h00-17h30  
fins-de-semana e feriados: 10h00-12h30 e 14h00-17h30

\*entradas até 30 minutos antes da hora do encerramento

#### Opening hours

Tuesday to Friday: 09am-12:30pm and 2pm-5:30pm

Saturday, Sunday and Holidays: 10am-12:30pm and 2pm-5:30pm.

\*the access to the museum finishes 30 minutes before the closing time.



### CENTRO INTERPRETATIVO DE ATOUGUIA DA BALEIA

MEMÓRIA E RURALIDADE | MUSEOLOGIA PARTICIPATIVA  
Interpretative Centre of Atouguia da Baleia

### IGREJA DE S. JOSÉ

Largo de S. José | Atouguia da Baleia



#### Horário de funcionamento

de terça-feira a sábado: 10h00-13h00 e 14h00-18h00.

#### Opening hours

from Tuesday to Saturday: 10am-1pm and 2pm-6pm.

**peniche**  
CAPITAL DA ONDA | THE WAVE CAPITAL

**Visite-nos!**  
[www.cm-peniche.pt](http://www.cm-peniche.pt)

Fonte: Google, 2016b

**Anexo IV – Passeios Temáticos realizados pela Associação Patrimonium**



# Mergulho na História

*SS Dago com Jorge Russo*

**15 de Março**  
Pelas 15h00

*Clube Recreativo Penichense*  
Entrada Gratuita



ARMANDO RIBEIRO

# Descoberta da Ilha

**B A L E A L**

**19, 20, 24, 25 e 26 Março**  
14:00 às 18:00

*Venha conhecer a História e a lenda por trás da Ilha*

Contactos:  
[www.facebook.com/animacaoturisticaferrel](http://www.facebook.com/animacaoturisticaferrel)  
[animacaoturisticaestagio@gamil.com](mailto:animacaoturisticaestagio@gamil.com)



ARMANDO RIBEIRO

# DESCOBRIR O PATRIMÓNIO

INSERIDA NA COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DE ALGUMAS CIENTÍFICAS

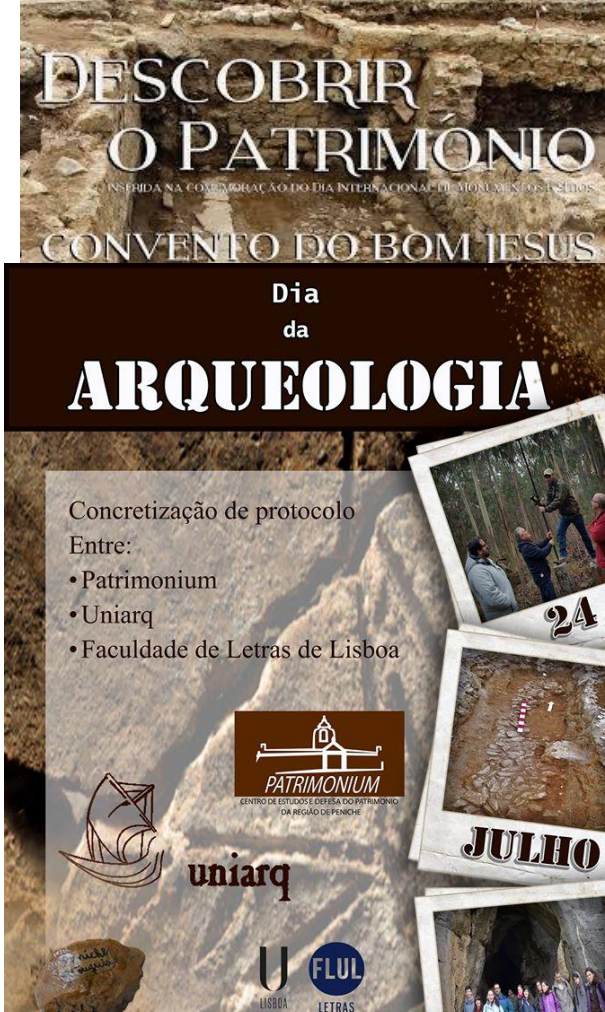
## CONVENTO DO BOM JESUS

**Dia da ARQUEOLOGIA**

Concretização de protocolo Entre:

- Patrimonium
- Uniarq
- Faculdade de Letras de Lisboa

**24 JULHO 2016**



ARMANDO RIBEIRO

# Descobrir o Património Paço

*das origens ao presente*



# PASSEIOS PELA HISTÓRIA

**30 E 31 DE JULHO**  
DAS 15H ÀS 19H JUNTO À FORTALEZA

FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM PADROEIRA DOS PESCADORES



ARMANDO RIBEIRO



# Passeios Históricos

3 de setembro  
15:00 às 17:00



Com o apoio:  
Paróquia de Peniche

Organização:  
PATRIMONIUM

Apoio:  
Arquivo Municipal de Peniche  
Associação de Defesa do Património Cultural de Peniche

## PAPOA

### DIAMANTE BRUTO

HISTÓRIA  
NATUREZA  
TURISMO

11 de Outubro

10:00 – Visita pedestre à Papoa  
- Encontro junto ao Filtro de Água

15:00 – Apresentação de  
“Papoa – Diamante Bruto”  
- Clube Recreativo Penichense




Organização:  
PATRIMONIUM

Apoio:  
Arquivo Municipal de Peniche  
Associação de Defesa do Património Cultural de Peniche

Fonte: Constatino, 2016

**Anexo V – Fachada de Igreja da Misericórdia de Peniche**



**Anexo VI - Interior da Igreja da Misericórdia de Peniche**



Fonte: Própria Autora

**Anexo VI – Vista do teto da Igreja da Misericórdia de Peniche**



**Anexo VII – Altar-mor da Igreja da Misericórdia de Peniche**



Fonte:  
Própria Autora



### Anexo VIII – Sacristia da Igreja da Misericórdia de Peniche



### Anexo IX – Pormenor da obra de Josefa D'Óbidos *A Santa Cara* na da Igreja da Misericórdia de Peniche



Fonte : Própria Autora

**Anexo X - Secção esquerda do Retábulo da Paixão, a Flagelação e o Encontro com Verónica**



**Anexo XI – Secção central do Retábulo da Paixão, O Calvário**



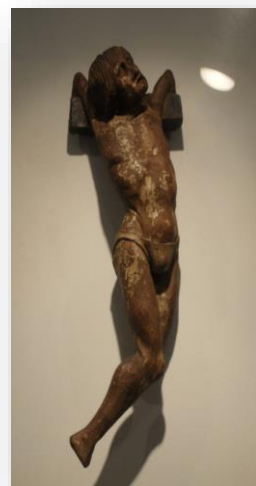
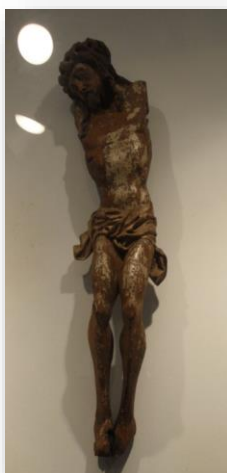
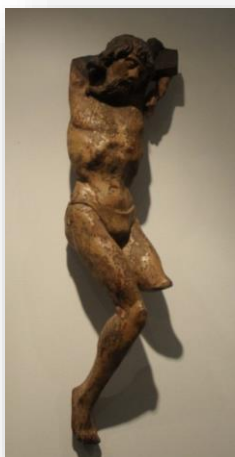
Fonte: Própria Autora



**Anexo XII - Secção Direita do Retábulo da Paixão, a Descida da Cruz e a Deposição**



**Anexo XIII – Os três cruxificados do Retábulo da Paixão**



Fonte: Própria Autora

## Anexo XIV – Posto de Turismo de Peniche



Fonte: Própria Autora

### **Anexo XV – Estátua da Rendilheira**



### **Anexo XVI – Monumento dedicado ao Pescador**



Fonte: Própria Autora



## Anexo XVII – Fortaleza de Peniche



Fonte: Própria Autora

### **Anexo XVIII – Antiga Escola de Desenho Industrial Rainha D. Maria Pia**



### **Anexo XIX – Antiga Escola Industrial de Rendeiras Josefa de Óbidos**



Fonte: Própria Autora

## **Anexo XX – Antiga escola-oficina do Clube Stella Maris**



## **Anexo XXI – Escola Secundária de Peniche**



Fonte: Própria Autora